



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
Comissão Permanente de Licitação - EMDUR-CPL

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/EMDUR/2026

Porto Velho, 23 de junho de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO 015.000534/2026-14

PREGÃO ELETRÔNICO NO MODO DE DISPUTA ABERTO PARA REGISTRO DE PREÇOS DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIRO CIVIL E DISPONIBILIZAÇÃO DE AMBULÂNCIA EQUIPADA, VISANDO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES OPERACIONAIS, INSTITUCIONAIS E DE SEGURANÇA DO PARQUE DA CIDADE, SOB GESTÃO DA EMDUR, DURANTE A REALIZAÇÃO DE EVENTOS, PROGRAMAÇÕES INSTITUCIONAIS, ATIVIDADES CULTURAIS, ESPORTIVAS, RECREATIVAS, EDUCATIVAS E DEMAIS AÇÕES DE INTERESSE COLETIVO.

A EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE PORTO VELHO - EMDUR CNPJ/MF nº 04.763.223/0001-61, através de Agente de Licitação designado pela EMDUR, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, RESOLUÇÃO Nº 01, DE 10 DE JUNHO DE 2024/EMDUR (regulamento interno de licitações, contratos e convênios) do Código Civil Brasileiro, naquilo que não conflitar com os diplomas legais anteriormente referenciados, realizará o **PREGÃO ELETRÔNICO**, no modo **ABERTO**, o critério de julgamento será o de **MENOR VALOR GLOBAL**, obtido a partir da soma dos preços unitários constantes da planilha de composição de custos e formação de preços, aplicados aos quantitativos estimados pela Administração, sendo os preços unitários vinculantes para a execução contratual

O Procedimento Licitatório será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor (Agente de Licitação) designado pela EMDUR, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema "LICITANET", constante da página eletrônica www.licitanet.com.br.

Sistema de Registro de Preços – SRP – Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

Ata de Registro de Preços – ARP – Documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

1. DO OBJETO E SESSAO DE DISPUTA DE PREÇOS

O objeto desta licitação consiste em **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIRO CIVIL E DISPONIBILIZAÇÃO DE AMBULÂNCIA EQUIPADA, VISANDO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES OPERACIONAIS, INSTITUCIONAIS E DE SEGURANÇA DO PARQUE DA CIDADE, SOB GESTÃO DA EMDUR, DURANTE A REALIZAÇÃO DE EVENTOS, PROGRAMAÇÕES INSTITUCIONAIS, ATIVIDADES CULTURAIS, ESPORTIVAS, RECREATIVAS, EDUCATIVAS E DEMAIS AÇÕES DE INTERESSE COLETIVO**, em atendimento as demandas da Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR, nos termos da lei Federal nº 13.303/2016, bem como pelos preceitos de direito público e privado e, concomitante com princípios na teoria geral dos contratos.

1.1. INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 07/07/2026 às 11h00min;

1.2. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 07/07/2026 às 11h00min;

1.3. INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 07/07/2026 às 11h00min;

1.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília.

1.5. ENDEREÇO DA EMPRESA PROMOTORA DA LICITAÇÃO: EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE PORTO VELHO – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – Av. Rio de Janeiro 6863, Lagoinha, Porto Velho/RO 76829-651– <http://www.emdurportovelho.com.br/> (link “Licitações”).

1.6. ENDEREÇO ELETRÔNICO DA SESSÃO DE DISPUTA: Sistema eletrônico no portal www.licitanet.com.br.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>;

2.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

2.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

2.4 O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

2.5 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

3.2. Será assegurado às **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)** as disposições dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.3. A EPP ou ME, devidamente comprovada, sendo arrematante do certame, deverá apresentar toda a documentação de regularidade fiscal na forma do **item 8.5** do Edital, mesmo que contenha restrição.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da EMDUR, para a regularização da

documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

b) A não-regularização da documentação, no prazo de 05 (cinco) dias previsto no artigo 43, § 1º, da LC 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **ITEM 13 do TERMO DE REFERÊNCIA**, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as ME e EPP nos termos do artigo 44 e 45 da LC 123/06.

c) Entende-se por empate a situação em que as propostas apresentadas pelas ME e EPP sejam iguais ou até **5% (cinco por cento)** superiores à proposta mais bem classificada.

d) A ME ou EPP mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta de preço inferior àquela registrada no sistema como arrematante do certame, situação em que passará a condição de arrematante.

3.4. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

3.5. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do **ANEXO IV (TERMO DE REFERÊNCIA)**;

3.6. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do **ANEXO IV (TERMO DE REFERÊNCIA)**;

3.7. **A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal nº 13.303/2016;**

3.8. **Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO:** os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>.

3.9. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

3.10. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

a.1 – Para todas as empresas

30 dias	90 dias	365 dias	Plano Avulso
R\$ 161,00	R\$ 341,00	R\$ 827,00	R\$ 107,00

Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

3.11. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo da Empresa de Desenvolvimento Urbano de Porto Velho, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

3.12. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

3.13. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>.

3.14. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

3.15. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do Empresa de Desenvolvimento Urbano de Porto Velho, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

3.16. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

3.17. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:

3.17.1. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.17.2. Empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, Ressalva: É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei em consonância como julgado: (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);

3.17.3. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.17.4. Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com a EMDUR;

3.17.5. Empresas que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão ou impedidas de licitar por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Para verificação das condições definidas nesta alínea, a Comissão do Pregão, promoverá a consulta

eletrônica junto ao **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU ([Lei Federal nº 12.846/2013](#))**, **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)** e **Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.**

3.17.6. Empresas cujo dirigente, gerente, sócio ou responsável técnico seja servidor público da EMDUR.

3.17.7. Em qualquer situação elencada no **artigo 38 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.**

3.17.8. Em qualquer situação elencada no **artigo 69º da Resolução nº 01 de 10 de junho de 2024/EMDUR.**

3.17.9. Empresas inseridas no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

3.17.10. Tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal.

3.18. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

3.18.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

3.18.2. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país;

3.18.3. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

3.18.4. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

3.18.5. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

3.18.6. O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.18.7. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados;

3.18.8. **Os itens com valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão destinados exclusivamente para a participação de Microempreendedor (ME), Microempreendedor Individual (MEI) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), em conformidade com Inciso I art. 48, da Lei Complementar nº 123/06, atualizado pela Lei Complementar nº 147/14; e AMPLA CONCORRÊNCIA** para a participação de todas as empresas, nos demais itens que excederem o valor mencionado no item anterior.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1. Os licitantes **encaminharão**, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;

4.2. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

4.3. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do **ANEXO IV (TERMO DE REFERÊNCIA)**, prevalecerão às últimas;

4.4. Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

4.5. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

4.6. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

4.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

4.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.10. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:

O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação;

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

6.1. No horário estabelecido neste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no **item 5 do edital**;

6.2. O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;

6.3. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo pregoeiro;

6.4. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital;

6.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

- 6.6.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 6.7.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de **01% (um por cento)**.
- 6.8.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;
- 6.9.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública;
- 6.10.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;
- 6.11.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;
- 6.12.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;
- 6.13.** Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA**. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;
- 6.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 6.15.** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;
- 6.16.** Sendo efetuado lance manifestamente inexecutável, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;
- 6.17.** A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances e não será permitida por consecutivas vezes de modo a tumultuar o certame, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;
- 6.18.** No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;
- 6.19.** O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;
- 6.20.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>;
- 6.21.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

6.22. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

6.23. Nos casos específicos, em relação a itens NÃO exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, onde:

6.23.1. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e suas alterações;

6.23.2. Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

6.23.3. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

6.23.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

6.23.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

6.23.6. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

6.24. O disposto no item **6.23.3** somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

6.25. Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

6.25.1. Produzidos no País;

6.25.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

6.25.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.25.4. Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

6.25.5. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.25.6. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, acompanhada, dos documentos de habilitação exigidos no item 8.4 e posteriores deste Edital.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

- 7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.
- 7.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- 7.3.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 7.5.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 7.6.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;
- 7.6.1.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;
- 7.6.2.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;
- 7.6.3.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;
- 7.6.4.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;
- 7.6.5.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;
- 7.6.6.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 7.6.7.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;
- 7.6.8.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação;

8.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

8.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

8.4.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.4.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

8.5. OS LICITANTES DEVERÃO ENCAMINHAR, NOS TERMOS DESTES EDITAIS, A DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA NOS ITENS A SEGUIR, PARA FINS DE HABILITAÇÃO:

8.5.1. Ato Constitutivo;

8.5.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no **Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

8.5.1.2. Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

8.5.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

8.5.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.5.1.5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;

8.5.1.6. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.2. Prova de Inscrição no CNPJ.

8.5.3. Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

8.5.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.5.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, ou Certidão Positiva de Débitos

Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

8.5.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

8.5.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

8.5.8. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

8.5.9. Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

8.5.10. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (SINTEGRA ou FAC).

8.6. OS LICITANTES DEVERÃO ENCAMINHAR, NOS TERMOS DESTES EDITAIS, AS DECLARAÇÕES RELACIONADAS NOS ITENS A SEGUIR, PARA FINS DE HABILITAÇÃO:

8.6.1. Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura;

8.6.2. Declaração de enquadramento de microempresa, empresa de pequeno porte, se for o caso;

8.6.3. Declaração de Atendimento pleno a todos os requisitos de habilitação;

8.6.4. Declaração de Fatos Impeditivos Constantes no Regulamento de Licitação e Contratos da EMDUR;

8.6.5. Declaração formal do Licitante, sob as penas da lei, informando que disporá de instalações, equipamentos e pessoal qualificado, adequados e compatíveis com os serviços e com as determinações constantes neste Edital e seus anexos;

8.6.6. Declaração expressa, sob as penas da lei, de que a licitante se responsabilizará por quaisquer danos causados, em razão de ações ou omissões, mesmo que involuntárias.

8.6.7. Declaração de Inexistência de vínculo familiar com a Administração Pública;

8.6.8. A licitante deverá apresentar Declaração de autenticidade;

8.6.9. Declaração de Sustentabilidade Ambiental, que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de meio ambiente;

8.7 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.7.1 Apresentação de pelo menos um atestado (os) e/ou declaração (ões) de capacidade técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da licitante em contrato pertinente e compatível em características com o objeto da licitação.

8.7.2 O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto.

8.7.2.1 Os atestados deverão demonstrar experiência compatível:

a) em quantitativos;

- b) complexidade operacional;
- c) características técnicas;
- d) porte dos serviços executados.

8.7.2.1.1 A exigência de qualificação técnica justifica-se em razão:

- a) da natureza essencial dos serviços;
- b) da necessidade de atendimento emergencial;
- c) da atuação preventiva em eventos com grande circulação de público;
- d) da necessidade de resposta rápida a ocorrências;
- e) da proteção à integridade física dos frequentadores e participantes dos eventos.

8.7.2.1.2 As exigências observarão os limites previstos no Art. 66 da Resolução nº 01/2024/EMDUR, restringindo-se ao estritamente necessário para comprovação da capacidade técnica da licitante.

8.7.3 E, na ausência dos dados indicados acima, o Pregoeiro solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado. Cabendo a promoção de diligência para averiguar a veracidade do documento.

8.8 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

8.8.1 As licitantes terão que apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do último exercício social já exigível e apresentado na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por Balancetes ou Balanços provisórios, tais documentos terão que obedecer aos requisitos formais de elaboração estabelecidos em lei e os indicados pela Ciência Contábil e deverão conter a assinatura do administrador da firma e do contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

8.8.2 Caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, deverá apresentar, o **BALANÇO DE ABERTURA**, na forma da Lei, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado, devendo conter ainda, a assinatura do administrador da firma e do contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

8.8.3 As empresas que integram a Escrituração Contábil Digital – ECD e o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão apresentar: **Recibo de Entrega de Livro Digital; Termo de Abertura e Encerramento do Livro (arquivo digital) apresentado; Balanço Patrimonial e Demonstrações dos Resultados do Exercício extraídos do Livro Digital.**

8.8.4 A Escrituração Contábil Digital – ECD, compreende a versão digital dos seguintes livros:

- I)** livro diário e seus auxiliares, se houver;
- II)** livro razão e seus auxiliares, se houver;
- III)** livro Balancetes Diários;
- IV)** Balanços e Fichas de lançamentos comprobatórios dos assentamentos neles transcritos;

8.8.5 Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima)
 - publicados em Diário Oficial; ou
 - publicados em jornal de grande circulação;
 - registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou

- por fotocópia autenticada ou registrada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

b) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA)

por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

8.8.6 Para comprovar a boa situação financeira, as Licitantes terão que apresentar junto com o Balanço atual e as Demonstrações Contábeis, análise devidamente assinada pelo Contabilista responsável, dos seguintes índices:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

8.8.6.1 Somente serão habilitados os licitantes que extraírem e apresentarem o cálculo do **Índice de Liquidez Geral (LG)**, **Solvência Geral (SG)** e **Liquidez Corrente (LC)**, com o resultado igual ou superior a ($= > 1$), calculados de acordo com a aplicação das fórmulas.

8.8.6.2 A Empresa Licitante que apresentar resultado **menor a 1 (um)**, em qualquer dos índices contidas na alínea anterior, deverá comprovar **Patrimônio Líquido** ou Capital Social Integralizado, mínimo de **5% (cinco por cento)** do montante da contratação.

- No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os **VALORES ARREMATADOS**;
- Caso seja constada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social integralizado para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;
- As regras descritas nos itens “a” e “b” deverão ser observadas em caso ulterior classificação do licitante;

8.8.7 O objeto social descrito no ato constitutivo referente ao item (8.5.1) deverá possuir ramo de atividade compatível ao objeto licitado, ou seja, administração e gestão de mão de obra;

8.8.8 Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital;

8.8.9 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

8.8.10 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação;

8.8.11 Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Equiparadas, fica concedido um prazo de 05 (Cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro e equipe de apoio, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014;

8.8.12 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra

microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;

8.8.13 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

8.8.14 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

8.8.15 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item,

ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis;

8.8.16 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item (ns) de menor (es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes;

8.8.17 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

8.8.18 **Certidão negativa de falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica**

8.8.19 As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão;

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas)** horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

9.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

9.1.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

9.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;

9.1.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso);

9.1.6. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

9.1.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

9.1.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

10. DOS RECURSOS:

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o

prazo de no mínimo **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema;

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

10.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;

10.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em igual prazo, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, nos termos do Inciso XXV do Art. 49 do Regulamento Interno de Licitações Convênios e Contratos – RILCC (Resolução Nº 01, de 10 de junho de 2024/EMDUR);

10.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

11.1.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

11.1.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

-

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão

dos recursos apresentados;

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

13.1. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1.1. DA ASSINATURA DA ARP

13.1.2. A celebração da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP formalizar-se-á mediante a assinatura de instrumento particular de Registro de Preços.

13.1.3. A EMDUR é a unidade gerenciadora da presente Ata de Registro de Preços e admite qualquer órgão ou entidade da administração pública indireta que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador figurem como aderentes do certame e dos preços nele registrados.

13.1.4. A utilização da ata nos termos do subitem anterior somente poderá ser efetivada em conformidade com o disposto no item II do Parecer Prévio 7/2014TCE/RO – PLENO.

13.1.5. Após a publicação da homologação, a EMDUR convocará o adjudicatário da licitação para assinar o instrumento particular de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, sob pena de decair o seu direito à celebração, sem prejuízo das sanções previstas no ITEM 13 DO ANEXO IV (TERMO DE REFERÊNCIA).

13.1.6. Quando o vencedor da licitação não assinar o instrumento particular de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, a EMDUR irá convocar os licitantes remanescente, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas demais condições propostas pelo primeiro classificado ou, na impossibilidade, revogar o certame.

13.1.7. A empresa convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura da Ata de Registro de Preços, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegada justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela EMDUR.

13.1.8. A recusa injustificada do vencedor da licitação em assinar Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido no item 13.1.5 caracteriza descumprimento total da obrigação assumida e ensejará a aplicação de penalidades estabelecidas no ITEM 13 ANEXO IV (TERMO DE REFERÊNCIA).

13.1.9. Quando da necessidade da EMDUR e após a assinatura da Ata de Registro de Preços, a EMDUR convocará o Detentor da ARP para assinar o Termo de Contrato, ou instrumento substitutivo equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, sob pena de decair o seu direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no ITEM 13 ANEXO IV (TERMO DE REFERÊNCIA).

13.1.10. A recusa injustificada por parte do Detentor da ARP em assinar o Termo de Contrato, ou instrumento substitutivo equivalente, a EMDUR cancelará o registro de preços vigente, sem prejuízo de outras sanções previstas ITEM 13 ANEXO IV (TERMO DE REFERÊNCIA).

13.2. DOS PRAZOS E ENTREGA

13.2.1. O Prazo de Vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

13.2.2. Os serviços serão solicitados pela EMDUR mediante emissão de Ordem de Serviço, contendo: identificação do evento, data e horário, local de execução, quantitativo dos profissionais, necessidade de ambulância, tempo estimado de cobertura operacional e demais orientações necessárias à execução.

13.2.3. A contratada deverá disponibilizar as equipes e estruturas solicitadas conforme cronograma definido pela Administração.

13.3. DO LOCAL DE SERVIÇO

13.4 Os serviços serão executados no Parque da cidade, áreas vinculadas aos eventos promovidos pela EMDUR e demais locais previamente indicados pela Administração, quando houver necessidade operacional.

13.5 Os horários e escalas serão definidos pela EMDUR mediante Ordem de Serviço emitida previamente à realização do evento.

13.6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.6.1 As condições de pagamento estão dispostas no **item 9 do Anexo IV (TERMO DE REFERÊNCIA)**.

13.7. DISPOSIÇÕES GERAIS DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

13.7.1 A contratação formalizar-se-á, quando da necessidade da EMDUR, mediante a assinatura do Contrato, ou instrumento substitutivo equivalente.

14. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

14.1 Os preços serão fixos e irreajustáveis durante os primeiros 12 (doze) meses contados da data de apresentação da proposta desta licitação. Após, seus preços poderão ser reajustados pelo IPCA do IBGE, observando sempre o intervalo de 12 (doze) meses entre um reajuste e outro.

14.2 A ata de registro de preços poderá ser prorrogada por igual período, devendo respeitar as condições previstas na RESOLUÇÃO Nº 01, DE 10 DE JUNHO DE 2024/EMDUR.

15. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

15.1 DA CONTRATADA:

15.1.1 De acordo com as exigências contidas no **item 12.1 do anexo IV (TERMO DE REFERÊNCIA)**.

15.2 DA CONTRATANTE:

15.2.1 De acordo com as exigências contidas no **item 12.2 do anexo IV (TERMO DE REFERÊNCIA)**.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

16.1 Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições da presente Ata de Registro de Preços, serão aplicadas as penalidades previstas no **item 13 do Anexo IV (Termo de Referência)**, observando ainda os artigos 82, 83 e 84 da Lei Federal nº. 13.303/2016, bem como as contidas no Capítulo III do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMDUR.

16.2 As sanções administrativas, serão aplicadas, observando sempre a garantia da ampla defesa e o contraditório será concedido prazo de 10 (dez) dias, para exercer a ampla defesa, conforme § 2º do art. 82 da lei 13.303/2016. A EMDUR reserva-se ao direito de modificar, anular ou revogar a licitação, no todo ou em parte, bem como por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. A EMDUR poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS

17.1 Até 05 (cinco) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e encaminhar pedidos de esclarecimentos;

17.2 Deverão ser realizados **EXCLUSIVAMENTE** por forma eletrônica através do site www.licitanet.com.br. O pregoeiro poderá avaliar outras formas de apresentação de impugnação.

17.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação;

17.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

17.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 05 (dias) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema www.licitanet.com.br;

17.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;

17.7 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação;

17.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1 Os recursos financeiros para pagamento do objeto da presente licitação são provenientes de recursos próprios da EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE PORTO VELHO – EMDUR, contemplado no Orçamento do ano 2026.

18.2 O presente processo licitatório está constituído **por lote** e o preço máximo admitido é sigiloso.

18.3 Os preços serão fixos e irrevogáveis durante os primeiros 12 (doze) meses contados da **data de apresentação da proposta desta licitação**. Após, seus preços poderão ser reajustados pelo INPC do IBGE, observando sempre o intervalo de 12 (doze) meses entre um reajuste e outro.

DESCRIÇÃO DA DESPESA:	
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de bombeiro civil e disponibilização de ambulância equipada.	
Fonte de Recursos:	1501000000001751
Projeto Atividade:	02.41.15.451.0275.1.473 – Urbanização e manutenção dos espaços públicos do Município de Porto Velho e Distritos
Elemento da Despesa:	33.90.30.00.00 – Material de consumo

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico;

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

19.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia

para fins de habilitação e classificação;

19.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação

da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

19.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

19.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente na Empresa de Desenvolvimento Urbano de Porto Velho, das 8h às 14h de segunda a sexta-feira

19.8 **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

19.9 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, <http://www.emdurpvh.com.br> e www.licitanet.com.br e também poderão ser lidos ou obtidas cópias no setor de Licitações, situado na **Av. Rio de Janeiro, 6863 - Lagoinha, Porto Velho - RO, 76829-651, nos dias úteis, no horário das 09:00 às 15:00 (horário de Brasília)**, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados;

19.10 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

19.11 Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido;

19.12 Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;

19.13 Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

19.14 O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo.

19.15 O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante;

19.16 As decisões do Pregoeiro serão publicadas no sistema LICITANET, no endereço eletrônico (www.licitanet.com.br).

19.17 A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

19.18 A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Empresa de Desenvolvimento Urbano de Porto Velho revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes;

19.19 A Empresa de Desenvolvimento Urbano de Porto Velho poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

19.20 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Porto Velho estado de Rondônia;

19.21 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.21.1 ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;

19.21.2 ANEXO II – Declarações

19.21.3 ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços;

19.21.4 ANEXO IV – Termo de Referência

(Assinado Eletronicamente)

ÂNGELO RUAN OLIVEIRA DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 135/2025/GAB/EMDUR

PREGOEIRO

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA

(OBSERVAÇÃO: É VEDADA, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE ANTES E DURANTE A FASE COMPETITIVA)

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA PROPOSTA DE PREÇOS					
Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____					
Endereço Completo com CEP: Razão Social da Empresa:					
Telefone:			Responsável (Nome e cargo):		
E-mail:			CNPJ:		
VALIDADE DA PROPOSTA: _____ DIAS (MÍNIMO 60 DIAS)			PRAZO PARA ENTREGA: --- contados do recebimento da Nota de Empenho.		
Local dos serviços: Os serviços deverão ser prestados no endereço constante no Termo de Referência, anexo IV deste Edital;					
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIRO CIVIL E DISPONIBILIZAÇÃO DE AMBULÂNCIA EQUIPADA, VISANDO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES OPERACIONAIS, INSTITUCIONAIS E DE SEGURANÇA DO PARQUE DA CIDADE, SOB GESTÃO DA EMDUR, DURANTE A REALIZAÇÃO DE EVENTOS, PROGRAMAÇÕES INSTITUCIONAIS, ATIVIDADES CULTURAIS, ESPORTIVAS, RECREATIVAS, EDUCATIVAS E DEMAIS AÇÕES DE INTERESSE COLETIVO.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01					
02					
Valor total do ITEM (Escrever por extenso).					

----- (Local), ----- de ----- de 2026

Obs: Os produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações descritas no Anexo II deste Edital.

Declaramos que todos os impostos, taxas, inclusive frete, bem como quaisquer outras despesas estão inclusas na presente proposta.

Declaramos ainda que, o Banco, a Agência e a Conta-Corrente, informados nesta proposta, serão únicos e exclusivos para todos os recebimentos relativos ao cumprimento das Obrigações Contratuais. (Conforme exigência da Lei Municipal nº 2016 de 11 de junho de 2012).

CARIMBO DO CNPJ: ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA (CARIMBO OU NOME LEGÍVEL E CARGO, RG e CPF)

ANEXO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO UNITÁRIA

OBSERVAÇÃO: É OBRIGATÓRIO O ENVIO DESSA PLANILHA DEVIDAMENTE PREENCHIDA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIRO CIVIL E DISPONIBILIZAÇÃO DE AMBULÂNCIA EQUIPADA					
LOTE					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de ambulância Tipo B - Suporte Básico de Vida, devidamente equipada e licenciada, com todas as condições técnicas e operacionais exigidas pelos órgãos de fiscalização de saúde e trânsito, destinada ao atendimento emergencial de primeiros socorros durante acontecimentos sociais, culturais, artísticos e esportivos realizados no Parque da Cidade, conforme RDC nº 50/2002 da ANVISA e Portaria GM/MS nº 2.048/2002, incluindo equipe composta por condutor socorrista habilitado em transporte de emergência e profissional de saúde devidamente registrado no respectivo conselho profissional. O veículo deverá possuir equipamentos de primeiros socorros, maca retrátil, prancha de imobilização, colares cervicais, kit de imobilização, materiais de contenção de hemorragia, axiômetro, esfigmomanômetro, oxigênio medicinal, materiais de biossegurança, rádio comunicador ou telefone funcional, iluminação interna adequada, ar-condicionado, sinalização luminosa e sonora, seguro contra terceiros e licenciamento vigente.Sendo uma diária compatível a um turno de serviço de 08hrs.	Diária	600		
2	Contratação de ambulância Tipo B - Suporte Básico de Vida, devidamente equipada e licenciada, com todas as condições técnicas e operacionais exigidas pelos órgãos de fiscalização de saúde e trânsito, destinada ao atendimento emergencial de primeiros socorros durante acontecimentos sociais,	Diária	55		

<p> culturais, artísticos e esportivos realizados no Parque da Cidade, conforme RDC nº 50/2002 da ANVISA e Portaria GM/MS nº 2.048/2002, incluindo equipe composta por condutor socorrista habilitado em transporte de emergência e profissional de saúde devidamente registrado no respectivo conselho profissional. O veículo deverá possuir equipamentos de primeiros socorros, maca retrátil, prancha de imobilização, colares cervicais, kit de imobilização, materiais de contenção de hemorragia, axiômetro, esfigmomanômetro, oxigênio medicinal, materiais de biossegurança, rádio comunicador ou telefone funcional, iluminação interna adequada, ar-condicionado, sinalização luminosa e sonora, seguro contra terceiros e licenciamento vigente.Sendo uma diária compatível a um turno de serviço de 08hrs. </p>				
---	--	--	--	--

ANEXO II - DECLARAÇÕES

MODELO 1

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no Edital, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data

ASSINATURA [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

MODELO 2

MODELO DA DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVOS CONSTANTES NO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA EMDUR

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____

_, **DECLARA**, ter conhecimento da vedação constante no art. 69 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR (RESOLUÇÃO Nº 01, DE 10 DE JUNHO DE 2024/EMDUR), abaixo transcrito, e que não se enquadra em nenhuma de suas hipóteses.

“Art.69. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela EMDUR a empresa:

I. Suspensa no âmbito da EMDUR;

II. Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou Município, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

III. Impedida de licitar e de contratar com a EMDUR;

IV. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea; VI. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

IX. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na EMDUR; § 1º Aplica-se a vedação prevista no caput:

I. À contratação, como pessoa física ou em procedimentos licitatórios, na condição de licitante, de integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na EMDUR;

II. A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com: a) Integrantes de órgãos estatutários da EMDUR;

b) Empregado, servidor cedido ou em exercício na EMDUR cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação.

III. Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a EMDUR há menos de 6 (seis) meses.

§ 2º A vedação prevista no caput também será aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

§ 3º A aplicação das vedações previstas nos incisos IV a VIII do caput e no § 2º deverá ser precedida de realização de diligências para verificar se houve tentativa de fraude por parte das empresas apontadas, por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, datas de abertura, dentre outros, sendo necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua desclassificação.

§ 4º O disposto nos §§ 2º e 3º deve ser observado quando da emissão de nota de empenho, formalização da contratação e pagamento.” Por ser expressão da verdade.

Local e data

ASSINATURA

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

MODELO 3

(MODELO DE DECLARAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS AO TRABALHO DE MENORES)

Declaramos, em atendimento ao previsto no edital de **Pregão Eletrônico nº. ---/EMDUR/2026**, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado (s) **menor (es) de 18 (dezoito) anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho menor (es) de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz (es), a partir de 14 (quatorze) anos.

Local e data

ASSINATURA [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

MODELO 4

(MODELO DE DECLARAÇÃO QUANTO AO PORTE DA EMPRESA)

Para efeitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e participação na licitação **Pregão Eletrônico nº. ----/EMDUR/2026**, declaramos que a empresa (RAZÃO SOCIAL), CNPJ nº, está enquadrada como:

☐ **MICROEMPRESA**, e não atendimento às vedações previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/06.

☐ **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, e não atendimento às vedações previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/06.

Declaro que os presentes dados são verdadeiros e visam a facilitar os trâmites processuais da licitação, no sentido de antecipar informações a respeito do porte da empresa. Asseguro, quando solicitado pela Comissão de Licitação, ou Pregoeiro designado, a comprovação dos dados aqui inseridos, sob pena da aplicação das sanções previstas no Código Penal Brasileiro.

Por ser a presente declaração à manifestação fiel e expressa de minha livre vontade, firmo este documento, para os fins de direito.

Local e data

ASSINATURA

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2026, a EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR, inscrita no CNPJ sob nº 04.763.223/0001-61, com sede à Av. Rio de Janeiro, nº 6863, Bairro Lagoinha, CEP 76829-651, Porto Velho/RO, neste ato representada por XXXXXXXXXX, brasileiro, ocupante do cargo de Diretor Presidente, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro a empresa: _____ simplesmente denominada firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), decorrente do P.E. nº XXX/2026/EMDUR, Processo Administrativo nº XXXXXXXXX no qual foi instaurado o procedimento licitatório do tipo MENOR PREÇO, cujo objeto é o XXXXXXXXXX, nos termos da Lei Federal 13.303/2016 e e suas alterações e RESOLUÇÃO Nº 01, DE 10 DE JUNHO DE 2024/EMDUR (Regulamento Interno de licitações, contratos e convênios) e do Código Civil Brasileiro naquilo que não conflitar com os diplomas legais anteriormente referenciados, observadas as cláusulas e condições que as partes pactuam por este instrumento, conforme abaixo:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRAR PREÇOS XXXXXXXX, conforme descrições e preços constantes no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO n.º XXX/EMDUR/2026.

2. DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá prazo de validade de 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de sua publicação no Diário do Ofício da Associação dos Municípios de Rondônia Município de Porto Velho (AROM).

2.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada caso haja necessidade, devendo ser observadas as condições previstas na Resolução nº 01, de 10 de junho de 2024/EMDUR.

2.3. Durante o prazo de vigência desta Ata, a EMDUR não será obrigada a adquirir o(s) produto(s) referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A Administração poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à(s) empresa(s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1 Será Órgão Participante da ata pretendida, a EMDUR, por meio da Diretoria XXXXX, a qual terá suas atribuições definidas em ata e será responsável pela execução dos serviços.

3.2 O Gerenciamento será procedido por Comissão designada por ato da Diretoria da EMDUR, cujas atribuições serão:

- a) Gerenciar a Ata, inclusive no que tange a seu quantitativo;
- b) Informar os fornecedores, quando do pedido de Adesão por outros e deferindo o pedido, caso sejam preenchidos os requisitos e observados os quantitativos máximos permitidos nesta Ata
- c) Expedir Notificações às Detentoras, no âmbito de sua alçada;
- d) Receber, analisar e julgar os pedidos das Detentoras relativos a presente Ata, no âmbito de sua alçada;
- e) Realizar pesquisa de preços no mercado legal, periodicamente com vistas a verificar a manutenção da vantajosidade da Ata de SRP;
- f) Informar ao setor competente quando do termino de quantitativo dos itens para que este providencie as aquisições necessárias por meio de outros procedimentos licitatórios, ou seja, analisada a conveniência de nova implantação de Ata;
- g) Outras atividades correlatas.

3.3 O setor técnico requisitante da EMDUR, enquanto Órgão Participante deverá encaminhar os processos formulados para aquisição, com o Pedido de Fornecimento ou o documento que lhe faça às vezes, para fins de Gerenciamento, à Comissão de SRP designada para o Gerenciamento da Ata, que verificará o saldo de quantitativo em Ata e deferirá o pedido de fornecimento, encaminhando os autos ao setor para fins de emissão de Nota de Empenho.

3.4 Ao Setor responsável pelas requisições (Participante) caberá ainda a entrega das Notas de Empenho respectivas e a verificação e acompanhamento da entrega dos materiais junto a Sede da Emdur;

4. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A EMDUR poderá conceder e/ou aderir à ata de registro de preços de qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016.

4.2 Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão: I. comprovar nos autos a vantajosidade da adesão, observando-se, inclusive, a compatibilidade entre a demanda do exercício financeiro e a quantidade registrada na ARP; e, II. encaminhar solicitação de adesão ao órgão gerenciador, com indicação do número do processo, número da Ata de Registro de Preços, itens ou lotes, e a quantidade a ser contratada, que poderá autorizá-la, exceto na hipótese de extrapolação do limite previsto no § 3º deste artigo.

4.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens ou lotes do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item ou lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgão participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.6 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.7 No caso de pedido de adesão à ata, o Órgão Gerenciador poderá solicitar ao interessado, antes de adotar as providências de que tratam este item, verificar a possibilidade de adesão, de acordo com a esfera do Órgão interessado, levando-se em consideração as determinações dos Tribunais de Contas e as normas internas da EMDUR (impossibilidade de adesão vertical).

5. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

5.2 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.3 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) Sofrer sanção prevista nos [incisos I, II III ou III do caput do art. 172 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMDUR](#);

5.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos “a”, “b” e “d” do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

6. DA INALTERABILIDADE DO OBJETO

6.1 Por ocasião da prestação dos serviços e do recebimentos das peças, é vedado a aceitação de itens com características características diversas daquelas consignadas nesta Ata de Registro de Preços e na proposta da Detentora, bem como, que descaracterize, de qualquer forma o objeto licitado;

7. DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO

7.1. Serão fornecedoras do objeto desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

7.2. O fornecedor poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.

7.3. Se a Empresa com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a receber a nota de empenho, a EMDUR convocará a Empresa classificada em segundo lugar, para efetuar a entrega dos produtos e assim por diante, podendo ser registradas tantas Empresas quantas necessárias para que, em função das propostas, seja atingida a quantidade total estimada para o item, aplicando às faltosas as penalidades admitidas em lei e previstas no Edital.

7.4. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

7.5. OS SERVIÇOS, desta licitação deverão ser realizados acompanhado de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.

7.6. A licitante Contratada da Ata de Registro de Preços ficará obrigada quando for o caso a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma.

7.7. Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade do PRODUTO entregue não corresponder ao exigido no Edital e na Ata de Registro de Preços, a Contratada será chamada para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério da Comissão de Gerenciamento da Ata e da Autoridade Competente.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado de acordo com as disposições previstas no item XX do Termo de Referência;

9. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.1. Conforme descrito no item XX.

9.2. do Termo de Referência;

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1. As obrigações da CONTRATANTE/CONTRATADA estão previstas no ITEM XX, do Termo de Referência;

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Fica a Contratada ciente de que a assinatura desta Ata implica na aceitação de todas as suas cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes;

11.2 A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao disposto no Decreto Municipal nº. 15.402/2018, Lei Federal nº 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMDUR, e demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital de Licitação e seus anexos que a precedeu, aplicáveis à contratação e especialmente aos casos omissos;

11.3 Os casos omissos serão submetidos ao Gerenciador, que analisará os documentos protocolados de acordo com as normas citadas nesta Cláusula, podendo valer-se de laudos e estudos técnicos, pareceres jurídicos e outros meios que lhe possibilite melhor análise da questão.

11.4 Havendo necessidade de laudos ou estudos técnicos para fins de comprovação dos fatos alegados pelas Detentoras da Ata, estes correrão por conta da Detentora.

11.5 É parte integrante desta Ata para todos os efeitos legais o Edital de Pregão Eletrônico nº XXX/2026/EMDUR/PVH e seus anexos e a proposta(s) final(s) decorrente(s) da(s) licitante(s) detentora(s).

11.6 Os preços registrados constam em Anexo desta Ata.

11.7 Fica eleito o foro do Município de Porto Velho para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem de acordo, lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Porto Velho, XX de maio de 2026.

Diretor Presidente da EMDUR

Diretoria XXXXX/EMDUR

Empresas Detentoras do Preço Registrado
(Futura detentora)



Documento assinado eletronicamente por **Angelo Ruan Oliveira Do Nascimento, Presidente**, em 25/06/2026, às 15:39, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **1133486** e o código CRC **A38644DF**.



Referência: Processo nº 015.000534/2026-14

SEI nº 1114902

ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR

Anexo XXIX do Decreto nº 20.964, de 07/05/2025

TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS E SERVIÇOS Nº 77/2026

Processo Administrativo: 015.000534/2026-14.

Data do Pedido: 20 de maio de 2026.

Termo de Referência de Bens e Serviço - TR.

Nome: Gabriela Santos de Castro.	Cadastro: 143-0
Cargo: Gerente de Iluminação e Manutenção de Espaços Públicos/ Eng. Eletricista Residente.	Setor: Diretoria Técnica.
E-mail: gmep.emdur@gmail.com	Telefone: (69) 99224-0676

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

A presente demanda tem por objeto a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de bombeiro civil e disponibilização de ambulância equipada**, visando ao atendimento das necessidades operacionais, institucionais e de segurança do **Parque da Cidade**, sob gestão da EMDUR, durante a realização de eventos, programações institucionais, atividades culturais, esportivas, recreativas, educativas e demais ações de interesse coletivo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Bombeiro Civil para atuação no Parque da Cidade, incluindo disponibilização de profissionais capacitados, devidamente uniformizados com identificação "A Serviço da EMDUR", fornecimento de equipamentos necessários à execução das atividades, prevenção e combate a incêndio, controle de pânico, atendimento de primeiros socorros, aparelhos de comunicação, crachás de identificação e demais materiais necessários à execução dos serviços. Os profissionais deverão possuir capacitação comprovada, boa conduta no atendimento ao público e atuar durante os turnos escalados conforme necessidade dos eventos e atividades do Parque da Cidade. Sendo uma diária compatível a um turno de serviço de 08hrs.	Diária	600
2	Contratação de ambulância Tipo B - Suporte Básico de Vida , devidamente equipada e licenciada, com todas as condições técnicas e operacionais exigidas pelos órgãos de fiscalização de saúde e trânsito, destinada ao atendimento emergencial de primeiros socorros durante acontecimentos sociais, culturais, artísticos e esportivos realizados no Parque da Cidade, conforme RDC nº 50/2002 da ANVISA e Portaria GM/MS nº 2.048/2002, incluindo equipe composta por condutor socorrista habilitado em transporte de emergência e profissional de saúde devidamente registrado no respectivo conselho profissional. O veículo deverá possuir equipamentos de primeiros socorros, maca retrátil, prancha de imobilização, colares cervicais, kit de imobilização, materiais de contenção de hemorragia, axiômetro, esfigmomanômetro, oxigênio medicinal, materiais de biossegurança, rádio comunicador ou telefone funcional, iluminação interna adequada, ar-condicionado, sinalização luminosa e sonora, seguro contra terceiros e licenciamento vigente. Sendo uma diária compatível a um turno de serviço de 08hrs.	Diária	55

De forma preliminar, a solução pretendida contempla:

a) prestação de serviços de **bombeiro civil**, com disponibilização de profissionais capacitados, uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos necessários à prevenção e combate a incêndio, controle de pânico, primeiros socorros, orientação ao público e apoio às rotinas de segurança do evento;

b) disponibilização de ambulância Tipo B – Suporte Básico de Vida, devidamente equipada, licenciada e em plenas condições técnicas e operacionais, com equipe habilitada para atendimento emergencial pré-hospitalar, estabilização inicial e eventual encaminhamento de pacientes às unidades de saúde de referência, quando necessário.

O quantitativo inicial foi estimado com base na previsão de eventos e atividades ordinariamente realizados no Parque da Cidade, considerando o fluxo de público, o porte dos acontecimentos, a duração das programações, a necessidade de resposta rápida a emergências e a manutenção de estrutura mínima de segurança e atendimento pré-hospitalar compatível com as características do espaço e das ações promovidas ou apoiadas pela EMDUR.

EVENTO / ATIVIDADE	PERÍODO ESTIMADO	DURAÇÃO ESTIMADA	PORTE ESTIMADO	PREVISÃO DE ATENDIMENTO OPERACIONAL
Evento Natalino (Decoração e Programação Natalina)	Novembro a Janeiro	40 a 50 dias	Grande porte	Necessidade diária de bombeiros civis e ambulância devido ao elevado fluxo de visitantes, apresentações culturais, praça de alimentação, atividades recreativas e funcionamento noturno.
Evento de Páscoa	Março ou Abril	05 a 10 dias	Médio a grande porte	Atendimento preventivo durante programações culturais, recreativas e circulação intensa de famílias e crianças.
Dia das Crianças	Outubro	01 a 03 dias	Grande porte	Reforço operacional em razão da elevada concentração de público infantil, brinquedos recreativos, apresentações e atividades esportivas/culturais.
Eventos Culturais e Musicais	Durante o exercício	Aproximadamente 12 a 20 eventos anuais	Médio a grande porte	Cobertura preventiva para shows, apresentações artísticas, festivais e eventos promovidos ou apoiados pela EMDUR.
Eventos Esportivos	Durante o exercício	Aproximadamente 10 a 15 eventos anuais	Médio porte	Atendimento preventivo em competições, corridas, torneios e demais atividades esportivas realizadas no Parque da Cidade.
Eventos Institucionais e Comemorativos	Durante o exercício	Aproximadamente 05 a 10 eventos anuais	Médio porte	Suporte operacional e atendimento emergencial em ações institucionais, campanhas públicas e solenidades.
Feiras, Exposições e Ações Comunitárias	Durante o exercício	Aproximadamente 08 a 12 eventos anuais	Médio porte	Necessidade de estrutura mínima de segurança e atendimento pré-hospitalar durante realização de feiras e ações abertas ao público.
Eventos Simultâneos ou Extraordinários	Conforme demanda administrativa	Variável	Grande porte	Possibilidade de reforço operacional em eventos de grande fluxo ou acontecimentos excepcionais promovidos no Parque da Cidade.

A previsão anual considera os principais eventos promovidos, apoiados ou realizados no Parque da Cidade, incluindo programações sazonais, culturais, esportivas, recreativas e institucionais, podendo sofrer alterações conforme calendário administrativo, parcerias institucionais e interesse público.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação pretendida encontra amparo jurídico principalmente na Lei Federal nº 13.303/2016, que estabelece o regime jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista, disciplinando os procedimentos licitatórios e contratações realizadas pela Administração Pública indireta, bem como na Resolução nº 01/2024/EMDUR, que aprovou o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da EMDUR, observando-se ainda os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público aplicáveis às contratações administrativas.

Nos termos do Regulamento Interno da EMDUR, as contratações devem ser precedidas de adequado planejamento, fundamentação técnica, estudo de mercado, análise da relação custo-benefício e demonstração da compatibilidade da solução escolhida com as necessidades institucionais da Administração, requisitos devidamente observados no Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 43/2026/EMDUR-GIMEP.

Conforme descrito no ETP, a presente contratação tem por objeto a prestação de serviços especializados de bombeiro civil e disponibilização de ambulância Tipo B – Suporte Básico de Vida para atendimento das demandas operacionais, preventivas e emergenciais relacionadas aos eventos realizados no Parque da Cidade, espaço público administrado pela EMDUR e destinado à realização de atividades culturais, esportivas, recreativas, institucionais e comunitárias de médio e grande porte.

O estudo técnico demonstra que o Parque da Cidade recebe expressivo fluxo de visitantes ao longo do exercício administrativo, especialmente em eventos sazonais, festividades, shows, feiras, competições esportivas e ações institucionais, circunstância que amplia significativamente os riscos relacionados a princípios de incêndio, tumultos, situações de pânico, acidentes pessoais, mal súbito e demais ocorrências emergenciais, tornando indispensável a disponibilização de estrutura mínima permanente de segurança preventiva e atendimento pré-hospitalar.

O ETP também evidencia que a EMDUR não dispõe de estrutura própria suficiente para execução direta dos serviços, inexistindo quadro permanente de bombeiros civis, ambulância operacional própria e equipe especializada de atendimento pré-hospitalar em quantidade compatível com a demanda operacional dos eventos realizados no espaço público. Dessa forma, a contratação terceirizada mostra-se necessária e mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional, administrativo, logístico e financeiro.

A solução escolhida foi considerada a alternativa mais adequada após levantamento de mercado e análise comparativa das possibilidades existentes, restando demonstrado que a contratação de empresa especializada permite maior eficiência operacional, flexibilidade na execução dos serviços, disponibilização imediata de profissionais capacitados, fornecimento de equipamentos adequados, redução de encargos administrativos e melhor capacidade de resposta a emergências durante os eventos promovidos ou apoiados pela EMDUR.

Além disso, a contratação observa normas específicas relacionadas ao objeto, incluindo a Lei Federal nº 7.410/1985, as normas regulamentadoras aplicáveis à atividade de bombeiro civil, a Portaria GM/MS nº 2.048/2002 e a RDC nº 50/2002 da ANVISA, garantindo conformidade com os requisitos técnicos, sanitários, operacionais e de segurança exigidos para prestação de serviços de atendimento emergencial e suporte pré-hospitalar.

Dessa forma, a contratação mostra-se plenamente justificada e compatível com o interesse público, tendo como finalidade assegurar melhores condições de segurança preventiva, proteção à integridade física dos frequentadores, resposta rápida a emergências, suporte técnico especializado e fortalecimento da capacidade operacional da EMDUR durante a realização dos eventos e atividades promovidas no Parque da Cidade.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação encontra fundamento na Lei Federal nº 13.303/2016, na Resolução nº 01/2024/EMDUR — Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da EMDUR — bem como nas demais normas correlatas aplicáveis ao objeto, especialmente aquelas relacionadas à atividade de bombeiro civil, atendimento pré-hospitalar, segurança preventiva e prestação de serviços especializados durante eventos públicos.

A presente contratação visa atender à necessidade institucional da EMDUR de assegurar condições adequadas de segurança preventiva, atendimento emergencial e suporte operacional durante a realização de eventos e programações promovidas, apoiadas ou executadas no Parque da Cidade, espaço público que recebe elevado fluxo de pessoas ao longo do exercício administrativo.

Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 43/2026/EMDUR-GIMEP, a inexistência de estrutura própria suficiente da Administração inviabiliza a execução direta dos serviços, tendo sido identificada ausência de bombeiros civis próprios, ambulância operacional permanente e equipe especializada de atendimento pré-hospitalar compatível com a demanda operacional dos eventos realizados no Parque da Cidade.

Fundamentação do quantitativo estimado

O quantitativo estimado foi definido com base:

- no histórico anual de eventos realizados no Parque da Cidade;
- no calendário institucional da EMDUR;
- na duração média das programações;
- na estimativa de público;
- na necessidade de cobertura preventiva e emergencial;
- na possibilidade de eventos simultâneos;
- na necessidade de atendimento contínuo em eventos prolongados.

A estimativa operacional considerou os principais eventos promovidos ao longo do exercício administrativo, conforme quadro abaixo:

EVENTO / ATIVIDADE	PREVISÃO ANUAL	EQUIPE MÉDIA ESTIMADA	NECESSIDADE DE AMBULÂNCIA
Evento Natalino	45 dias médios	04 bombeiros/dia	Sim
Evento de Páscoa	07 dias médios	03 bombeiros/dia	Sim
Dia das Crianças	03 dias	04 bombeiros/dia	Sim

Eventos culturais e shows	18 eventos	04 bombeiros/evento	Parcial
Eventos esportivos	12 eventos	03 bombeiros/evento	Parcial
Feiras e ações comunitárias	10 eventos	02 bombeiros/evento	Eventual
Eventos institucionais	10 eventos	02 bombeiros/evento	Eventual

Com base nesse levantamento operacional, estimou-se a seguinte necessidade anual:

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
Bombeiro Civil	Diária	600
Ambulância Tipo B – Suporte Básico de Vida	Diária	55

Os quantitativos possuem natureza estimativa, podendo sofrer variações conforme:

- calendário oficial de eventos;
- interesse público;
- porte das programações;
- eventos extraordinários;
- ampliação ou redução das atividades previstas.

A definição do objeto em lote único, contemplando os serviços de Bombeiro Civil e Ambulância Tipo B, foi estabelecida após análise técnica das características operacionais dos serviços a serem prestados durante eventos realizados no Parque da Cidade.

Embora se trate de serviços distintos, ambos possuem finalidade comum de proteção à integridade física dos participantes, prevenção de riscos, atendimento inicial a emergências e suporte às ações de segurança durante a realização dos eventos, apresentando elevado grau de complementaridade e interdependência operacional.

- Correlação Técnica dos Serviços

Serviço	Finalidade
Bombeiro Civil	Atuação preventiva, combate a princípios de incêndio, primeiros socorros, evacuação de áreas de risco e resposta inicial a emergências.
Ambulância Tipo B	Suporte básico de vida, estabilização de vítimas e remoção para unidade de saúde quando necessário.

Observa-se que os serviços atuam de forma integrada em situações de emergência, sendo o Bombeiro Civil normalmente o primeiro agente de resposta, responsável pela avaliação inicial da ocorrência e acionamento dos recursos de atendimento pré-hospitalar disponibilizados pela Ambulância Tipo B.

Essa dinâmica operacional exige comunicação permanente, protocolos padronizados e coordenação unificada, fatores que justificam a contratação conjunta dos serviços.

- Vantagens do Agrupamento em Lote Único

Aspecto	Benefício para a Administração
Gestão Contratual	Redução da quantidade de contratos e simplificação da fiscalização.
Coordenação Operacional	Integração das equipes envolvidas no atendimento de emergências.
Responsabilização	Existência de único responsável contratual pela execução dos serviços.
Planejamento	Maior alinhamento entre ações preventivas e atendimento emergencial.
Economia de Escala	Possibilidade de otimização de recursos humanos, logísticos e administrativos.
Continuidade do Serviço	Redução de riscos decorrentes de falhas de comunicação entre empresas distintas.
Eficiência Administrativa	Menor necessidade de gerenciamento de múltiplos contratos.

- Riscos da Contratação Separada

A eventual contratação dos serviços em lotes distintos poderá ocasionar situações que comprometam a eficiência da prestação dos serviços, tais como:

Risco Identificado	Possível Consequência
Divergência de protocolos operacionais	Atrasos no atendimento de ocorrências.

Falhas de comunicação entre contratadas	Comprometimento da resposta emergencial.
Dificuldade na definição de responsabilidades	Conflitos operacionais e administrativos.
Necessidade de múltiplas fiscalizações	Aumento dos custos administrativos.
Falta de integração entre equipes	Redução da eficiência no atendimento ao público.

Considerando que os eventos promovidos ou apoiados pela Administração podem envolver grande concentração de pessoas, qualquer atraso ou falha na resposta a emergências pode gerar riscos à segurança dos participantes e à própria responsabilidade da Administração Pública.

4. Compatibilidade com o Princípio do Parcelamento

A Administração reconhece que o parcelamento do objeto constitui regra geral nas contratações públicas quando técnica e economicamente viável. Entretanto, no presente caso, o agrupamento dos serviços em lote único mostra-se mais vantajoso, em razão da relação de complementaridade operacional existente entre os serviços de Bombeiro Civil e Ambulância Tipo B.

A divisão em lotes independentes poderia comprometer a eficiência operacional necessária para o adequado atendimento das demandas emergenciais durante os eventos, não produzindo ganhos efetivos para a Administração que justifiquem a segregação dos serviços.

Além disso, o agrupamento não restringe indevidamente a competitividade do certame, uma vez que os serviços pertencem ao mesmo segmento de atendimento emergencial e segurança preventiva, sendo comumente ofertados por empresas especializadas que dispõem de estrutura operacional para sua execução integrada.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação dos serviços de Bombeiro Civil e Ambulância Tipo B em lote único atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, segurança e busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, proporcionando maior integração operacional, melhor gestão contratual, redução de riscos na execução dos serviços e maior efetividade na proteção dos participantes dos eventos realizados no Parque da Cidade.

Assim, a divisão adotada mostra-se técnica, operacional e administrativamente justificada, atendendo ao interesse público e às necessidades da Administração.

Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da natureza eventual, futura e variável da demanda, considerando que os serviços serão executados conforme necessidade administrativa, calendário de eventos e programação institucional da EMDUR.

Os eventos realizados no Parque da Cidade possuem variação de:

- periodicidade;
- duração;
- porte;
- quantidade de público;
- necessidade operacional;
- quantidade de profissionais e estrutura de atendimento emergencial.

Nesse contexto, o SRP mostra-se mais adequado por possibilitar:

- contratações futuras e parceladas conforme demanda efetiva;
- maior flexibilidade na gestão operacional dos eventos;
- economicidade nas aquisições;
- redução de custos administrativos com múltiplos processos licitatórios;
- melhor planejamento institucional;
- otimização da gestão contratual;
- contratação apenas quando houver efetiva necessidade;
- adequação dos quantitativos às demandas reais da Administração.

A utilização do SRP também evita contratações excessivas ou desnecessárias, permitindo que a EMDUR realize as solicitações conforme o cronograma de eventos e disponibilidade orçamentária, observando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução definida no Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 43/2026/EMDUR-GIMEP e considerada mais vantajosa para a Administração consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de

bombeiro civil e disponibilização de ambulância Tipo B – Suporte Básico de Vida, com fornecimento de profissionais qualificados, equipamentos, materiais operacionais e estrutura de atendimento emergencial necessários à cobertura preventiva e operacional dos eventos realizados no Parque da Cidade, espaço público administrado pela EMDUR.

A solução foi estruturada para atender de forma contínua, eficiente e segura às demandas operacionais decorrentes da realização de eventos institucionais, culturais, esportivos, recreativos, educativos, comunitários e demais programações promovidas, apoiadas ou autorizadas pela EMDUR, considerando o elevado fluxo de pessoas e os riscos inerentes às atividades desenvolvidas no local.

A contratação contempla, de forma integrada, os seguintes serviços e estruturas operacionais:

4.1. Serviços de Bombeiro Civil

Disponibilização de bombeiros civis devidamente:

- capacitados e certificados conforme legislação aplicável;
- uniformizados e identificados com a indicação “A Serviço da EMDUR”;
- treinados para atuação em eventos com grande circulação de público;
- aptos à execução de atividades preventivas e emergenciais.

As equipes deverão atuar:

- na prevenção e combate inicial a princípios de incêndio;
- no controle de pânico;
- na orientação e organização do público;
- na inspeção preventiva de áreas de risco;
- no apoio a evacuações emergenciais;
- na prestação de primeiros socorros;
- no atendimento inicial de ocorrências emergenciais;
- no suporte operacional durante toda a realização dos eventos.

A solução inclui ainda o fornecimento de:

- equipamentos de proteção individual – EPIs;
- aparelhos de comunicação;
- materiais operacionais necessários à execução dos serviços;
- equipamentos auxiliares de atendimento preventivo e emergencial.

Os profissionais deverão permanecer disponíveis durante todo o período de execução das atividades, observando as escalas definidas pela Administração conforme:

- porte do evento;
- estimativa de público;
- duração das programações;
- funcionamento diurno e noturno;
- necessidade de cobertura simultânea de eventos.

4.2. Disponibilização de Ambulância Tipo B – Suporte Básico de Vida

A solução contempla a disponibilização de ambulância Tipo B – Suporte Básico de Vida, devidamente:

- equipada;
- licenciada;
- regularizada junto aos órgãos competentes;
- apta ao atendimento pré-hospitalar de urgência e emergência.

O veículo deverá possuir:

- maca retrátil;
- prancha de imobilização;
- colares cervicais;
- kit de imobilização;
- equipamentos de contenção de hemorragia;
- oxigênio medicinal;

- materiais de biossegurança;
- equipamentos básicos de atendimento pré-hospitalar;
- iluminação interna adequada;
- sinalização luminosa e sonora;
- sistema de comunicação funcional;
- ar-condicionado;
- seguro contra terceiros;
- licenciamento vigente.

A solução inclui equipe mínima composta por:

- condutor socorrista habilitado para transporte de emergência;
- profissional de saúde devidamente registrado no respectivo conselho profissional.

Os serviços deverão assegurar:

- atendimento emergencial imediato;
- estabilização inicial de pacientes;
- suporte pré-hospitalar básico;
- remoção emergencial quando necessária;
- encaminhamento às unidades de saúde de referência.

4.3. Fundamentação técnica da solução escolhida

A solução foi definida após levantamento de mercado e análise comparativa das alternativas disponíveis, tendo sido constatado que a contratação de empresa especializada representa a alternativa mais vantajosa para a Administração sob os aspectos:

- técnico;
- operacional;
- econômico;
- administrativo;
- logístico.

O estudo técnico identificou que a EMDUR atualmente não dispõe de:

- bombeiros civis próprios;
- ambulância operacional permanente;
- equipe especializada em atendimento pré-hospitalar;
- estrutura própria contínua de emergência para eventos;
- equipamentos suficientes para cobertura preventiva e emergencial do Parque da Cidade.

Dessa forma, a execução direta pela Administração mostrou-se tecnicamente inviável e economicamente desvantajosa, uma vez que demandaria:

- criação de estrutura operacional permanente;
- contratação de pessoal especializado;
- aquisição e manutenção de veículos e equipamentos;
- elevados custos administrativos e operacionais;
- despesas contínuas incompatíveis com a natureza variável da demanda.

Em contrapartida, a terceirização dos serviços proporciona:

- disponibilização imediata de profissionais especializados;
- flexibilidade operacional conforme a demanda de eventos;
- redução de encargos administrativos;
- maior eficiência operacional;
- melhor relação custo-benefício;
- capacidade de adequação rápida às necessidades institucionais da EMDUR.

4.4. Compatibilidade da solução com a demanda operacional

A solução foi dimensionada considerando o calendário anual de eventos realizados no Parque da Cidade, abrangendo:

- evento natalino;
- programação de páscoa;
- dia das crianças;
- eventos culturais e musicais;
- competições esportivas;
- feiras e exposições;
- ações comunitárias;
- eventos institucionais;
- programações extraordinárias e simultâneas.

A metodologia utilizada para definição do quantitativo considerou:

- histórico anual de eventos;
- duração média das programações;
- fluxo estimado de público;
- necessidade de cobertura por turnos;
- riscos operacionais identificados;
- necessidade de resposta rápida a emergências;
- cobertura contínua em eventos prolongados.

Com base nesses critérios, estimou-se a necessidade anual de:

- 600 diárias de bombeiro civil;
- 55 diárias de ambulância Tipo B – Suporte Básico de Vida.

4.5. Benefícios institucionais da solução

A solução proporcionará:

- ampliação da segurança preventiva durante eventos;
- melhoria da organização operacional;
- resposta rápida a ocorrências emergenciais;
- redução de riscos ao público e trabalhadores;
- fortalecimento da capacidade operacional da EMDUR;
- maior proteção à integridade física dos frequentadores;
- suporte técnico especializado em eventos de médio e grande porte;
- redução de vulnerabilidades administrativas e operacionais;
- melhoria da infraestrutura de apoio aos eventos públicos realizados no Parque da Cidade.

Além disso, a solução atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, assegurando que a EMDUR disponha de estrutura operacional adequada para garantir segurança preventiva e atendimento emergencial compatíveis com o porte e a complexidade dos eventos promovidos no espaço público sob sua administração.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação deverá observar requisitos mínimos de qualidade, desempenho, segurança operacional e conformidade legal, indispensáveis à adequada execução dos serviços de bombeiro civil e atendimento pré-hospitalar durante os eventos e atividades realizados no Parque da Cidade, sob administração da EMDUR.

Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada, regularmente constituída, com capacidade técnica compatível com o objeto contratado e experiência comprovada na execução de serviços correlatos em eventos, espaços públicos, atividades culturais, esportivas, recreativas ou institucionais de médio e grande porte.

A contratação deverá observar as disposições previstas na Lei Federal nº 13.303/2016, na Resolução nº 01/2024/EMDUR — Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da EMDUR —, bem como as normas específicas aplicáveis à atividade de bombeiro civil, atendimento pré-hospitalar e segurança em eventos públicos.

5.1. Requisitos técnicos mínimos – Bombeiro Civil

A contratada deverá disponibilizar profissionais:

- devidamente capacitados e certificados conforme legislação vigente;
- uniformizados e identificados com a expressão “A Serviço da EMDUR”;
- aptos à atuação em prevenção e combate inicial a incêndios;
- capacitados para controle de pânico, evacuação de áreas e primeiros socorros;
- treinados para atendimento ao público em eventos com elevada circulação de pessoas;
- munidos de equipamentos de proteção individual – EPIs e aparelhos de comunicação necessários à execução dos serviços.

Os profissionais deverão possuir:

- curso de formação de bombeiro civil compatível com as atividades desempenhadas;
- reciclagem periódica dentro da validade legal;
- boa conduta funcional e capacidade de atendimento ao público;
- disponibilidade operacional conforme escalas definidas pela Administração.

As equipes deverão atuar:

- na prevenção e combate inicial a princípios de incêndio;
- no controle de pânico;
- na inspeção preventiva de áreas de risco;
- na orientação do público;
- no apoio a evacuações emergenciais;
- na prestação de primeiros socorros;
- no atendimento inicial de ocorrências emergenciais durante os eventos.

5.2. Requisitos técnicos mínimos – Ambulância Tipo B

A contratada deverá disponibilizar ambulância Tipo B – Suporte Básico de Vida:

- devidamente licenciada e regularizada junto aos órgãos competentes;
- em perfeitas condições técnicas, operacionais e sanitárias;
- equipada conforme exigências da Portaria GM/MS nº 2.048/2002 e RDC nº 50/2002 da ANVISA;
- apta à realização de atendimento pré-hospitalar de urgência e emergência.

O veículo deverá possuir, no mínimo:

- maca retrátil;
- prancha de imobilização;
- colares cervicais;
- kit de imobilização;
- equipamentos de contenção de hemorragia;
- oxigênio medicinal;
- materiais de biossegurança;
- esfigmomanômetro;
- oxímetro;
- iluminação interna adequada;
- ar-condicionado;
- sinalização luminosa e sonora;
- sistema de comunicação funcional;
- seguro contra terceiros;
- licenciamento vigente.

A equipe mínima deverá ser composta por:

- condutor socorrista habilitado para transporte de emergência;
- profissional de saúde devidamente registrado no respectivo conselho profissional.

5.3. Requisitos operacionais da execução

Os serviços deverão ser executados conforme programação e escalas definidas pela EMDUR, observando:

- porte do evento;

- duração das atividades;
- fluxo estimado de público;
- funcionamento diurno e noturno;
- necessidade de cobertura simultânea de eventos;
- demandas extraordinárias e emergenciais.

A contratada deverá assegurar disponibilidade operacional durante todo o período de execução das atividades, responsabilizando-se integralmente:

- pelos profissionais disponibilizados;
- pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e civis;
- pelos equipamentos e materiais utilizados;
- pela manutenção dos veículos e equipamentos;
- pela substituição imediata de profissionais ou equipamentos em caso de necessidade operacional.

5.4. Padrões mínimos de qualidade e desempenho

Os serviços deverão ser prestados observando padrões mínimos de:

- regularidade;
- continuidade;
- eficiência;
- segurança;
- urbanidade;
- pontualidade;
- tempestividade;
- qualidade técnica;
- atendimento adequado ao público.

A contratada deverá garantir:

- pronta resposta a emergências;
- suporte preventivo contínuo durante os eventos;
- manutenção das condições mínimas de segurança operacional;
- redução de riscos ao público, trabalhadores e participantes dos eventos;
- atuação coordenada e compatível com o porte das programações realizadas no Parque da Cidade.

5.5. Sustentabilidade e boas práticas

A execução contratual deverá observar, sempre que possível:

- utilização adequada e descarte ambientalmente correto de resíduos gerados durante os atendimentos;
- manutenção preventiva dos veículos e equipamentos;
- observância das normas de saúde e segurança do trabalho;
- adoção de medidas preventivas voltadas à redução de riscos operacionais;
- utilização de equipamentos em condições adequadas de funcionamento e segurança.

5.6. Garantia e manutenção

A contratada deverá assegurar:

- pleno funcionamento dos equipamentos utilizados na execução dos serviços;
- manutenção preventiva e corretiva da ambulância e equipamentos operacionais;
- substituição imediata de equipamentos ou veículos que apresentem falhas operacionais;
- continuidade da prestação dos serviços sem interrupções que comprometam a segurança dos eventos.

5.7. Da indicação de marcas e modelos

Não haverá exigência de marca ou modelo específico para os equipamentos e materiais utilizados na execução dos serviços, devendo os itens atender integralmente às especificações técnicas mínimas e às normas regulamentadoras aplicáveis.

Caso haja necessidade superveniente de indicação de marca, modelo ou referência técnica, esta ocorrerá apenas de forma excepcional e devidamente justificada, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno da EMDUR, especialmente em situações de:

- padronização técnica;
- compatibilidade operacional;
- necessidade de integração com equipamentos já utilizados pela Administração;
- utilização de marca apenas como referência técnica, admitindo-se equivalência.

5.8. Amostras, provas de conceito e demonstrações técnicas

A Administração poderá exigir, quando necessário:

- apresentação de documentos comprobatórios de capacitação técnica;
- comprovação da regularidade operacional dos veículos;
- demonstração da disponibilidade dos equipamentos;
- apresentação de certificados, licenças e registros obrigatórios;
- vistoria ou inspeção prévia dos veículos e equipamentos disponibilizados.

As exigências serão limitadas ao estritamente necessário para verificação da conformidade da solução ofertada com as especificações técnicas exigidas no processo de contratação.

5.9. Fundamentação normativa

A contratação encontra fundamento:

- na Lei Federal nº 13.303/2016;
- na Lei Federal nº 14.133/2021, no que couber;
- na Resolução nº 01/2024/EMDUR;
- na Lei Federal nº 7.410/1985;
- na Portaria GM/MS nº 2.048/2002;
- na RDC nº 50/2002 da ANVISA;
- nas normas de saúde, segurança e atendimento pré-hospitalar vigentes;
- e demais legislações correlatas aplicáveis ao objeto.

6. REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

A presente contratação será executada de forma indireta, mediante contratação de empresa especializada para prestação de serviços de bombeiro civil e disponibilização de ambulância Tipo B – Suporte Básico de Vida, destinados à cobertura preventiva, operacional e emergencial dos eventos realizados no Parque da Cidade, sob administração da EMDUR.

I – REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução adotado será o de **preço unitário por item**, considerando que:

- os serviços serão executados sob demanda;
- existe variação na quantidade de eventos;
- há oscilação de público, duração e porte das programações;
- os quantitativos dependerão da efetiva necessidade operacional da Administração;
- a execução poderá ocorrer de forma variável ao longo da vigência contratual.

O pagamento será realizado conforme as diárias efetivamente executadas e devidamente atestadas pela fiscalização contratual, observando os quantitativos solicitados pela EMDUR para cada evento ou programação institucional.

A adoção da empreitada por preço unitário mostra-se mais adequada à natureza do objeto, permitindo flexibilidade operacional e maior compatibilidade entre a execução contratual e a demanda efetivamente realizada pela Administração.

II – FORMA DE FORNECIMENTO

A execução dos serviços ocorrerá de forma:

- parcelada;
- contínua;

- sob demanda;
- conforme necessidade administrativa.

Os serviços serão solicitados pela EMDUR mediante emissão de Ordem de Serviço, contendo:

- identificação do evento;
- data e horário;
- local de execução;
- quantitativo de profissionais;
- necessidade de ambulância;
- tempo estimado de cobertura operacional;
- demais orientações necessárias à execução.

A contratada deverá disponibilizar as equipes e estruturas solicitadas conforme cronograma definido pela Administração.

A utilização do Sistema de Registro de Preços possibilitará contratações futuras e eventuais, conforme demanda efetiva da EMDUR, observando:

- economicidade;
- flexibilidade operacional;
- melhor planejamento institucional;
- redução de contratações desnecessárias;
- adequação dos quantitativos à real necessidade administrativa.

III – REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

A presente contratação **não caracteriza regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, considerando que:

- os serviços serão executados de forma eventual e sob demanda;
- os profissionais poderão atuar em diferentes contratos da contratada;
- não haverá subordinação direta entre os profissionais da contratada e a EMDUR;
- a gestão dos profissionais permanecerá sob responsabilidade exclusiva da contratada.

Não haverá vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Pública, cabendo exclusivamente à empresa contratada:

- contratação;
- coordenação;
- supervisão;
- pagamento de salários;
- recolhimento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
- substituição de profissionais;
- fornecimento de uniformes, EPIs e equipamentos necessários.

A EMDUR não possuirá qualquer vínculo ou responsabilidade decorrente de:

- acordos coletivos;
- convenções coletivas;
- dissídios coletivos;
- obrigações trabalhistas assumidas pela contratada.

IV – CONDIÇÕES, LOCAIS, DATAS E HORÁRIOS DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados no:

- Parque da Cidade;
- áreas vinculadas aos eventos promovidos ou apoiados pela EMDUR;
- demais locais previamente indicados pela Administração, quando houver necessidade operacional.

A execução ocorrerá:

- em dias úteis;
- finais de semana;
- feriados;
- períodos diurnos e noturnos;
- horários variáveis conforme programação dos eventos.

Os horários e escalas serão definidos pela EMDUR mediante **Ordem de Serviço** emitida previamente à realização do evento.

A contratada deverá:

- apresentar-se com antecedência mínima definida pela fiscalização;
- manter as equipes disponíveis durante todo o período do evento;
- garantir cobertura operacional contínua;
- substituir imediatamente profissionais ou equipamentos em caso de falhas operacionais.
- Apresentar relatório de controle de frequência dos profissionais contratados com registros fotográficos datados para conferência;

V – ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

Bombeiro Civil

As equipes deverão:

- realizar inspeções preventivas das áreas do evento;
- monitorar riscos de incêndio e acidentes;
- atuar na prevenção e combate inicial a incêndios;
- prestar primeiros socorros;
- auxiliar na organização do público;
- atuar em evacuações emergenciais;
- comunicar imediatamente ocorrências à fiscalização da EMDUR;
- manter postura compatível com atendimento ao público.

Ambulância Tipo B

A equipe deverá:

- permanecer disponível durante todo o evento;
- realizar atendimento pré-hospitalar imediato;
- estabilizar pacientes;
- efetuar remoções emergenciais quando necessárias;
- manter comunicação contínua com a organização do evento;
- garantir pleno funcionamento dos equipamentos médicos e operacionais.

VI – MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS

A contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos e recursos necessários à execução contratual, incluindo:

Bombeiro Civil

- uniformes padronizados;
- equipamentos de proteção individual – EPIs;
- aparelhos de comunicação;
- materiais operacionais;
- equipamentos auxiliares de atendimento emergencial.

Ambulância Tipo B

- ambulância devidamente equipada;
- maca retrátil;

- prancha de imobilização;
- colares cervicais;
- kit de imobilização;
- oxigênio medicinal;
- materiais de biossegurança;
- equipamentos básicos de suporte pré-hospitalar;
- iluminação interna;
- sinalização sonora e luminosa;
- sistema de comunicação funcional.

Todos os materiais e equipamentos deverão:

- estar em perfeitas condições de uso;
- possuir manutenção preventiva e corretiva atualizada;
- atender às normas técnicas e sanitárias aplicáveis;
- permanecer disponíveis durante toda a execução contratual.

VII – CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

A contratada será integralmente responsável:

- pela guarda dos materiais e equipamentos utilizados;
- pelo transporte dos equipamentos;
- pelo armazenamento adequado;
- pela manutenção das condições de uso e conservação.

Os equipamentos médicos, operacionais e materiais de atendimento deverão ser armazenados de forma a:

- evitar deterioração;
- preservar a integridade física dos itens;
- garantir condições adequadas de higiene e segurança;
- atender às normas sanitárias aplicáveis.

VIII – RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

O recebimento dos serviços observará o disposto no Art. 153 da Resolução nº 01/2024/EMDUR.

Recebimento Provisório

O recebimento provisório ocorrerá:

- após a execução de cada evento;
- mediante a apresentação do relatório de controle de frequência dos profissionais contratados com registros fotograficos datados para conferência;
- mediante verificação preliminar dos serviços executados;
- mediante conferência das equipes disponibilizadas;
- mediante verificação dos equipamentos e condições operacionais.

O fiscal do contrato emitirá termo ou atesto provisório, registrando:

- conformidade dos serviços;
- ocorrências verificadas;
- falhas eventualmente identificadas;
- necessidade de ajustes ou correções.

Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo ocorrerá:

- após verificação da regular execução contratual;
- após correção de eventuais inconsistências;
- mediante confirmação da conformidade integral dos serviços prestados.

Somente após o recebimento definitivo será autorizada a liquidação da despesa e o pagamento correspondente.

Caso sejam identificadas irregularidades:

- a contratada será notificada para correção;
- poderão ser aplicadas penalidades contratuais;
- o recebimento definitivo poderá ser suspenso até regularização.

IX – DISPOSIÇÕES GERAIS DA EXECUÇÃO

A contratada será integralmente responsável:

- pelos danos causados a terceiros;
- pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
- pela conduta de seus profissionais;
- pela substituição imediata de profissionais inadequados;
- pela manutenção da continuidade dos serviços.

A execução contratual deverá observar:

- regularidade;
- continuidade;
- eficiência;
- pontualidade;
- segurança;
- qualidade técnica;
- urbanidade;
- tempestividade;
- atendimento adequado ao interesse público.

7. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

A presente contratação será instrumentalizada mediante **Termo de Contrato Administrativo**, considerando:

- a natureza continuada e operacional dos serviços;
- a necessidade de execução parcelada e sob demanda;
- a utilização do Sistema de Registro de Preços;
- a existência de obrigações futuras entre as partes;
- a necessidade de fiscalização contínua da execução contratual;
- a previsão de pagamentos sucessivos conforme execução dos serviços;
- a necessidade de estabelecimento formal de responsabilidades, prazos, penalidades e condições de execução.

A formalização contratual observará as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, da Resolução nº 01/2024/EMDUR — Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da EMDUR — e demais normas aplicáveis à espécie.

I – FORMALIZAÇÃO MEDIANTE CONTRATO

A contratação será formalizada mediante celebração de Contrato Administrativo contendo cláusulas essenciais relacionadas:

- ao objeto;
- regime de execução;
- forma de fornecimento;
- prazos;
- responsabilidades das partes;
- fiscalização;
- reajustamento;

- sanções;
- hipóteses de alteração;
- equilíbrio econômico-financeiro;
- forma de pagamento;
- extinção contratual;
- demais condições necessárias à adequada execução do objeto.

II – PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência contratual será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma da legislação aplicável e mediante demonstração da vantajosidade para a Administração.

A vigência contratual está vinculada:

- à execução contínua e parcelada dos serviços;
- à necessidade operacional dos eventos realizados no Parque da Cidade;
- à natureza recorrente das programações institucionais promovidas ou apoiadas pela EMDUR.

A eventual prorrogação observará:

- interesse da Administração;
- disponibilidade orçamentária;
- manutenção da vantajosidade contratual;
- regularidade da execução dos serviços;
- limites previstos na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno da EMDUR.

III – PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços ocorrerá de forma:

- parcelada;
- contínua;
- sob demanda;
- conforme emissão de Ordem de Serviço pela EMDUR.

Cada execução ocorrerá conforme:

- cronograma do evento;
- quantitativo solicitado;
- período de cobertura operacional;
- duração das programações institucionais.

A contratada deverá iniciar a execução:

- nos prazos estabelecidos na Ordem de Serviço;
- observando as datas, horários e locais previamente definidos pela Administração.

IV – POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

Os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados:

- mediante justificativa administrativa;
- desde que haja interesse público;
- observada a vantajosidade da contratação;
- mantidas as condições de habilitação da contratada;
- respeitados os limites legais e regulamentares aplicáveis.

Nas hipóteses de necessidade operacional, continuidade dos serviços ou superveniência de eventos extraordinários, poderá ser promovida a prorrogação contratual, observadas as formalidades legais pertinentes.

V – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

O contrato deverá prever cláusula específica de reajustamento de preços, visando à preservação do equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

O reajuste será concedido:

- após transcorrido o período mínimo de 12 (doze) meses;
- contado da data-base vinculada ao orçamento estimado da contratação.

Poderá ser adotado como índice de reajustamento:

- IPCA/IBGE;
- INPC;
- outro índice setorial compatível com a natureza dos serviços contratados, desde que expressamente previsto no instrumento contratual.

O reajustamento observará:

- a legislação aplicável;
- a variação efetiva dos custos do setor;
- a manutenção da vantajosidade para a Administração.

VI – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O contrato deverá prever cláusula de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses de ocorrência de fatos:

- imprevisíveis;
- previsíveis de consequências incalculáveis;
- extraordinários;
- extracontratuais;
- ou decorrentes de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

O reequilíbrio econômico-financeiro dependerá:

- de solicitação formal da contratada;
- da comprovação efetiva do desequilíbrio;
- de análise técnica e administrativa pela EMDUR.

VII – FORMA DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser extinto:

- pelo término do prazo contratual;
- pela conclusão integral do objeto;
- por rescisão unilateral da Administração;
- por acordo entre as partes;
- por inadimplemento contratual;
- por razões de interesse público devidamente justificadas;
- por caso fortuito ou força maior;
- nas demais hipóteses previstas na legislação aplicável.

Na hipótese de extinção contratual:

- deverão ser observadas as regras relativas ao contraditório e à ampla defesa;
- poderão ser aplicadas sanções administrativas, quando cabíveis;
- deverão ser apuradas eventuais responsabilidades das partes.

VIII – INSTRUMENTOS COMPLEMENTARES DE EXECUÇÃO

A execução contratual será operacionalizada mediante:

- emissão de Ordem de Serviço;
- emissão de Nota de Empenho;
- solicitações formais da fiscalização contratual;
- cronograma operacional dos eventos promovidos pela EMDUR.

As Ordens de Serviço deverão conter:

- identificação do evento;
- local da execução;
- quantitativo solicitado;
- horários;
- período de cobertura;
- orientações operacionais necessárias à execução.

IX – AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

A contratação não gerará vínculo empregatício entre:

- a EMDUR;
- e os empregados, profissionais ou prepostos da contratada.

A contratada será integralmente responsável:

- pela contratação de pessoal;
- pagamento de salários;
- encargos trabalhistas;
- encargos previdenciários;
- encargos fiscais;
- substituição de profissionais;
- gerenciamento da equipe operacional.

Não haverá subordinação direta dos profissionais da contratada à Administração Pública.

X – NÃO VINCULAÇÃO A ACORDOS OU CONVENÇÕES COLETIVAS

A Administração Pública não ficará vinculada:

- a acordos coletivos;
- convenções coletivas;
- dissídios coletivos;
- obrigações trabalhistas assumidas pela contratada.

Os custos decorrentes das relações trabalhistas da contratada deverão estar contemplados nos preços ofertados, sendo de responsabilidade exclusiva da empresa contratada o cumprimento das obrigações decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária aplicável.

8. MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DE GESTÃO DO CONTRATO

A execução do objeto deverá observar integralmente as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, da Resolução nº 01/2024/EMDUR — Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da EMDUR —, bem como as cláusulas estabelecidas no Termo de Referência e no futuro instrumento contratual.

I – EXECUÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com:

- as cláusulas pactuadas;

- o Termo de Referência;
- a proposta da contratada;
- a legislação aplicável;
- as orientações da fiscalização contratual.

Cada parte responderá pelas consequências decorrentes:

- da inexecução total;
- da inexecução parcial;
- do atraso;
- da execução irregular;
- do descumprimento das obrigações assumidas.

A contratada será integralmente responsável:

- pela qualidade dos serviços prestados;
- pela regularidade operacional;
- pela disponibilização das equipes;
- pelos equipamentos e materiais utilizados;
- pela observância das normas de segurança e saúde;
- pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual.

II – IMPEDIMENTO, PARALISAÇÃO OU SUSPENSÃO DO CONTRATO

Em caso de:

- impedimento da execução;
- ordem de paralisação;
- suspensão contratual;
- ocorrência de fato superveniente que inviabilize temporariamente a execução;

o cronograma contratual será prorrogado automaticamente pelo período correspondente, mediante registro formal por apostilamento, observadas as disposições da Resolução nº 01/2024/EMDUR.

A paralisação ou suspensão deverá:

- ser formalmente comunicada;
- possuir justificativa administrativa;
- ser registrada nos autos do processo;
- conter definição das providências necessárias para retomada da execução.

III – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

As comunicações entre a EMDUR e a contratada ocorrerão:

- preferencialmente por escrito;
- mediante ofício;
- correio eletrônico institucional;
- aplicativos corporativos autorizados;
- notificações formais;
- registros em ata;
- ordens de serviço.

Será admitida comunicação eletrônica para:

- solicitações operacionais;
- envio de cronogramas;
- notificações;
- convocação de reuniões;
- encaminhamento de documentos;

- solicitações de substituições;
- orientações relacionadas à execução contratual.

As comunicações consideradas relevantes para fins de fiscalização deverão ser formalmente registradas nos autos do processo administrativo.

IV – CONVOCAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATADA

A EMDUR poderá convocar representante ou preposto da contratada para:

- prestar esclarecimentos;
- apresentar documentos;
- sanar irregularidades;
- adotar providências imediatas;
- corrigir falhas operacionais;
- promover substituição de profissionais;
- ajustar procedimentos de execução.

A contratada deverá atender prontamente às convocações realizadas pela Administração, observando os prazos estabelecidos pela fiscalização contratual.

V – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por representantes formalmente designados pela EMDUR, nos termos dos Artigos 148, 150 e 151 da Resolução nº 01/2024/EMDUR.

A fiscalização terá por finalidade:

- assegurar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- verificar a qualidade da execução;
- acompanhar a regularidade operacional dos serviços;
- verificar quantitativos executados;
- controlar a presença das equipes;
- monitorar a disponibilidade da ambulância e equipamentos;
- garantir a observância das normas técnicas e operacionais.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto.

VI – GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

1. Gestão do Contrato

A gestão contratual será exercida por servidor formalmente designado pela Administração, responsável pelo acompanhamento global da execução do contrato.

Compete ao gestor do contrato:

- acompanhar a execução contratual de forma geral;
- coordenar a atuação da fiscalização;
- controlar prazos de vigência e execução;
- acompanhar saldos contratuais;
- verificar necessidade de aditivos ou prorrogações;
- analisar pedidos de reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro;
- acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada;
- encaminhar providências administrativas necessárias;
- instruir processos relacionados à execução contratual;
- controlar a regularidade documental da contratada;
- promover o registro das ocorrências relevantes.

2. Fiscalização Técnica e Operacional

A fiscalização será exercida por servidor designado pela Administração para acompanhamento direto da execução dos serviços.

Compete ao fiscal do contrato:

- acompanhar diariamente a execução dos serviços;
- verificar presença das equipes nos eventos;
- conferir quantitativos executados;
- verificar condições operacionais da ambulância;
- verificar utilização dos equipamentos exigidos;
- acompanhar horários e escalas;
- registrar ocorrências;
- comunicar irregularidades ao gestor contratual;
- emitir atesto de execução;
- solicitar substituição de profissionais inadequados;
- verificar cumprimento das normas de segurança e atendimento.

O fiscal deverá registrar:

- faltas;
- atrasos;
- falhas operacionais;
- descumprimentos contratuais;
- intercorrências verificadas durante os eventos.

VII – PREPOSTO DA CONTRATADA

A contratada deverá manter preposto formalmente designado durante toda a execução contratual, conforme disposições dos Artigos 148 e 152 da Resolução nº 01/2024/EMDUR.

O preposto deverá:

- representar a contratada perante a Administração;
- acompanhar a execução dos serviços;
- receber notificações;
- prestar esclarecimentos;
- adotar providências imediatas;
- coordenar operacionalmente as equipes;
- manter contato permanente com a fiscalização da EMDUR.

O preposto deverá possuir:

- capacidade de comunicação;
- autonomia operacional;
- disponibilidade para atendimento imediato;
- conhecimento integral das obrigações contratuais.

A indicação do preposto deverá ocorrer:

- previamente ao início da execução contratual;
- mediante apresentação formal à fiscalização.

A eventual substituição do preposto deverá ser previamente comunicada à Administração.

VIII – ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO GESTOR E FISCAL

1. Atribuições do Gestor do Contrato

Compete ao gestor:

- coordenar a gestão contratual;
- acompanhar a execução global do contrato;

- supervisionar a atuação da fiscalização;
- controlar vigência e saldos contratuais;
- promover aditivos e prorrogações;
- analisar pedidos administrativos da contratada;
- verificar manutenção da vantajosidade contratual;
- encaminhar aplicação de penalidades quando cabíveis;
- acompanhar o cumprimento das obrigações contratuais;
- adotar medidas administrativas necessárias à regular execução.

2. Atribuições do Fiscal do Contrato

Compete ao fiscal:

- acompanhar diretamente a execução dos serviços;
- verificar conformidade com o Termo de Referência;
- controlar frequência e permanência das equipes;
- verificar qualidade dos serviços prestados;
- conferir materiais e equipamentos utilizados;
- registrar ocorrências em relatório próprio;
- solicitar correções imediatas;
- emitir recebimento provisório dos serviços;
- comunicar irregularidades ao gestor;
- auxiliar no recebimento definitivo do objeto.

IX – CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O controle da execução ocorrerá mediante:

- Ordens de Serviço;
- relatórios operacionais;
- listas de presença;
- registros fotográficos;
- relatórios da fiscalização;
- atas de ocorrência;
- controle de eventos atendidos;
- verificação de quantitativos executados;
- emissão de atestos de execução.

A contratada deverá manter disponíveis:

- documentação dos profissionais;
- certificados de capacitação;
- licenças dos veículos;
- registros operacionais;
- comprovantes de manutenção dos equipamentos;
- documentos exigidos pela fiscalização.

X – SANÇÕES E PROVIDÊNCIAS EM CASO DE IRREGULARIDADES

O descumprimento das obrigações contratuais poderá ensejar:

- advertência;
- aplicação de multa;
- suspensão temporária;
- rescisão contratual;
- impedimento de contratar;
- demais penalidades previstas na legislação aplicável.

As irregularidades identificadas pela fiscalização deverão ser:

- formalmente registradas;
- comunicadas à contratada;
- submetidas ao contraditório e ampla defesa;
- apuradas conforme os procedimentos administrativos cabíveis.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

A medição, liquidação, pagamento e aceitação do objeto observarão as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, da Resolução nº 01/2024/EMDUR, do Termo de Referência e das cláusulas estabelecidas no instrumento contratual.

I – CRITÉRIOS E PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO

A medição dos serviços será realizada:

- por evento executado;
- por diária efetivamente utilizada;
- conforme quantitativos efetivamente executados;
- mediante verificação e atesto da fiscalização contratual.

A medição ocorrerá mensalmente, considerando:

- as Ordens de Serviço emitidas;
- os eventos efetivamente atendidos;
- os quantitativos executados no período;
- os relatórios operacionais apresentados pela contratada;
- os registros da fiscalização.

Para fins de medição, serão considerados:

- quantitativo de diárias de bombeiro civil executadas;
- quantitativo de diárias de ambulância Tipo B efetivamente disponibilizadas;
- cumprimento integral da cobertura operacional solicitada;
- observância dos horários e escalas estabelecidos;
- regularidade da execução dos serviços.

Não serão considerados para pagamento:

- serviços não executados;
- quantitativos não comprovados;
- serviços executados em desconformidade com o Termo de Referência;
- períodos sem cobertura operacional;
- profissionais ou veículos não disponibilizados conforme solicitado.

A fiscalização contratual deverá:

- conferir os quantitativos executados;
- verificar presença das equipes;
- validar horários de execução;
- registrar ocorrências;
- emitir atesto de conformidade da execução.

II – FORMA, CONDIÇÕES E PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

O pagamento será efetuado:

- mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura;
- após liquidação da despesa;
- após recebimento provisório e definitivo dos serviços;

- mediante atesto da fiscalização contratual.

A liquidação da despesa ocorrerá após:

- conferência da documentação apresentada;
- verificação da regular execução contratual;
- conferência dos quantitativos medidos;
- validação das informações pela fiscalização.

O pagamento será realizado em até **10 (dez) dias**, contados:

- da apresentação regular da Nota Fiscal/Fatura;
- da certificação da execução dos serviços;
- da liquidação da despesa pela Administração.

Os pagamentos serão realizados:

- por meio de ordem bancária;
- em conta bancária indicada pela contratada;
- observada a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

O pagamento ficará condicionado:

- à regular execução contratual;
- à apresentação da documentação obrigatória;
- à inexistência de pendências administrativas;
- à manutenção das condições de habilitação da contratada.

III – DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS

Para fins de medição e pagamento, a contratada deverá apresentar:

Documentação fiscal

- Nota Fiscal/Fatura correspondente ao período medido;
- comprovante bancário para pagamento, quando solicitado.

Regularidade fiscal e trabalhista

- Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Certidão Federal;
- Certidão Estadual;
- Certidão Municipal;
- Certidões exigidas pela legislação aplicável.

Documentação operacional

- relatório dos eventos atendidos;
- relação dos profissionais disponibilizados;
- escalas executadas;
- relatório operacional dos serviços;
- registros de atendimento, quando houver;
- comprovação da disponibilidade da ambulância;
- documentação de regularidade do veículo e equipamentos.

Documentação complementar

A Administração poderá solicitar:

- comprovantes de pagamento salarial;
- comprovantes de recolhimento de encargos;
- certificados dos profissionais;
- documentos de manutenção dos equipamentos;

- documentos da ambulância;
- demais documentos necessários à verificação da regular execução contratual.

IV – CRITÉRIOS PARA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Ocorrendo atraso no pagamento por parte da Administração, desde que a contratada não tenha dado causa ao atraso, os valores devidos poderão ser atualizados monetariamente entre:

- a data do adimplemento da obrigação;
- e a data do efetivo pagamento.

A atualização monetária observará:

- índice oficial previsto contratualmente;
- proporcionalidade do período em atraso;
- legislação aplicável.

Poderá ser adotado:

- IPCA/IBGE;
- INPC;
- outro índice setorial previsto no contrato.

A incidência de atualização monetária dependerá:

- da comprovação do atraso;
- da inexistência de pendências imputáveis à contratada.

V – RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

1. Recebimento Provisório

O recebimento provisório ocorrerá:

- após cada execução/evento;
- mediante verificação preliminar da conformidade dos serviços;
- por meio de atesto da fiscalização contratual.

Serão verificados:

- quantitativos executados;
- horários de cobertura;
- presença das equipes;
- funcionamento da ambulância;
- utilização dos equipamentos exigidos;
- conformidade operacional dos serviços.

Caso sejam identificadas irregularidades:

- a contratada será notificada;
- poderão ser exigidas correções;
- o recebimento poderá ser recusado parcialmente ou integralmente.

2. Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo ocorrerá:

- após verificação integral da execução;
- após regularização de eventuais pendências;
- mediante confirmação da conformidade contratual.

O recebimento definitivo:

- não exclui a responsabilidade da contratada;
- não afasta responsabilidade civil, administrativa ou operacional;
- não impede aplicação de penalidades posteriores.

Somente após o recebimento definitivo:

- será autorizada a liquidação da despesa;
- ocorrerá o pagamento correspondente.

VI – PAGAMENTO ANTECIPADO

Não haverá pagamento antecipado, considerando:

- a natureza operacional dos serviços;
- a necessidade de comprovação prévia da execução;
- o interesse da Administração em vincular o pagamento à efetiva prestação dos serviços.

Os pagamentos ocorrerão exclusivamente:

- após a execução;
- após medição;
- após atesto da fiscalização;
- após liquidação regular da despesa.

VII – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

A presente contratação não possui regime de dedicação exclusiva de mão de obra, considerando que:

- os serviços serão executados sob demanda;
- os profissionais poderão atuar em outros contratos da contratada;
- não haverá subordinação direta à Administração;
- não haverá disponibilização contínua e exclusiva de equipe à EMDUR.

Dessa forma:

- não haverá conta vinculada;
- não haverá retenção específica para verbas trabalhistas;
- não haverá pagamento condicionado a folha específica de dedicação exclusiva.

Todavia, a Administração poderá exigir, sempre que necessário:

- comprovação de regularidade trabalhista;
- comprovação de recolhimento de encargos;
- documentos relacionados aos profissionais utilizados na execução contratual.

VIII – GLOSA E DESCONTO DE VALORES

Poderão ser glosados ou descontados:

- serviços não executados;
- quantitativos executados parcialmente;
- períodos sem cobertura operacional;
- ausência de profissionais;
- indisponibilidade da ambulância;
- falhas operacionais;
- descumprimento de horários;
- serviços executados em desacordo com o Termo de Referência.

A glosa será precedida:

- de registro pela fiscalização;

- de notificação à contratada;
- de garantia do contraditório e ampla defesa, quando aplicável.

IX – DISPOSIÇÕES GERAIS

A contratada permanecerá responsável:

- pela qualidade dos serviços;
- pelos profissionais disponibilizados;
- pela regularidade operacional dos equipamentos;
- pela manutenção da ambulância;
- pelo cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

A medição e o pagamento não afastam:

- a responsabilidade civil da contratada;
- a responsabilidade por falhas operacionais;
- a aplicação de sanções administrativas;
- a obrigação de reparação de danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor observará as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, da Lei Complementar nº 123/2006, da Resolução nº 01/2024/EMDUR — Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da EMDUR —, bem como as demais normas aplicáveis à contratação.

I – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor ocorrerá mediante:

- procedimento licitatório;
- na modalidade compatível com a natureza do objeto;
- preferencialmente na forma eletrônica;
- utilizando o Sistema de Registro de Preços – SRP, considerando a natureza parcelada e sob demanda da contratação.

A adoção do SRP justifica-se em razão:

- da imprevisibilidade parcial da demanda;
- da realização contínua de eventos ao longo do exercício;
- da necessidade de contratações futuras e eventuais;
- da variação do quantitativo conforme porte dos eventos;
- da necessidade de flexibilidade operacional.

II – CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O critério de julgamento adotado será o de:

MENOR PREÇO POR LOTE

A adoção do julgamento por lote justifica-se pela:

- natureza complementar dos serviços;
- necessidade de integração operacional entre bombeiro civil e ambulância;
- necessidade de atuação coordenada durante os eventos;
- maior eficiência operacional;
- simplificação da fiscalização contratual;
- redução de riscos administrativos;
- economia de escala;
- maior celeridade na execução contratual;

- obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

Os itens agrupados possuem:

- natureza semelhante;
- correlação operacional;
- interdependência funcional;
- execução integrada voltada à segurança preventiva e atendimento emergencial dos eventos realizados no Parque da Cidade.

III – PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Serão observadas, quando cabíveis, as disposições dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, assegurando:

- tratamento diferenciado;
- simplificação documental;
- preferência de contratação;
- regularização fiscal tardia;
- demais benefícios legais destinados às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI.

Entretanto, considerando:

- a necessidade de execução integrada dos serviços;
- a complexidade operacional do objeto;
- a necessidade de cobertura simultânea de eventos;
- a exigência de estrutura operacional mínima;
- a necessidade de resposta emergencial imediata;

a Administração poderá justificar eventual impossibilidade de divisão excessiva do objeto quando esta:

- comprometer a execução;
- prejudicar a economicidade;
- aumentar riscos operacionais;
- dificultar a fiscalização;
- comprometer a eficiência da contratação.

IV – EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

1. Habilitação Jurídica

A licitante deverá apresentar:

- ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor;
- documento de eleição dos administradores, quando aplicável;
- inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis;
- registro comercial, no caso de empresário individual;
- documentos de identificação dos responsáveis legais.

O objeto social da empresa deverá ser compatível com:

- prestação de serviços de bombeiro civil;
- atendimento pré-hospitalar;
- locação/disponibilização de ambulância;
- serviços correlatos compatíveis com o objeto licitado.

2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

A licitante deverá apresentar:

- prova de inscrição no CNPJ;
- regularidade perante a Fazenda Federal;
- regularidade perante a Fazenda Estadual;
- regularidade perante a Fazenda Municipal;
- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- comprovação de regularidade perante a Seguridade Social;
- demais documentos exigidos pela legislação aplicável.

3. Qualificação Econômico-Financeira

A licitante deverá apresentar:

- certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial;
- balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- índices contábeis mínimos exigidos no edital, quando cabível;
- comprovação de boa situação financeira.

A exigência de qualificação econômico-financeira justifica-se:

- pela necessidade de garantia da capacidade financeira da empresa;
- pela continuidade operacional dos serviços;
- pela relevância da contratação;
- pela necessidade de minimizar riscos de interrupção da execução contratual.

V – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto licitado, mediante apresentação de:

- atestado(s) de capacidade técnica;
- emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- comprovando execução anterior de serviços compatíveis;
- relacionados à prestação de serviços de bombeiro civil;
- cobertura operacional de eventos;
- atendimento emergencial;
- disponibilização de ambulância;
- ou serviços correlatos compatíveis com o objeto.

Os atestados deverão demonstrar experiência compatível:

- em quantitativos;
- complexidade operacional;
- características técnicas;
- porte dos serviços executados.

A exigência de qualificação técnica justifica-se em razão:

- da natureza essencial dos serviços;
- da necessidade de atendimento emergencial;
- da atuação preventiva em eventos com grande circulação de público;
- da necessidade de resposta rápida a ocorrências;
- da proteção à integridade física dos frequentadores e participantes dos eventos.

As exigências observarão os limites previstos no Art. 66 da Resolução nº 01/2024/EMDUR, restringindo-se ao estritamente necessário para comprovação da capacidade técnica da licitante.

VI – PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA

Para fins de comprovação de capacidade técnica, poderão ser consideradas como parcelas de maior relevância:

- prestação de serviços de bombeiro civil em eventos;
- atendimento preventivo e emergencial em espaços públicos;
- disponibilização de ambulância Tipo B;
- execução de serviços com cobertura operacional em eventos de médio e grande porte;
- atuação em atividades com elevada circulação de público.

A definição dessas parcelas justifica-se:

- pela criticidade operacional dos serviços;
- pela necessidade de atendimento emergencial imediato;
- pelos riscos envolvidos na execução;
- pela necessidade de equipe qualificada e estrutura operacional adequada.

VII – PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

A participação de empresas em consórcio poderá ser:

- admitida;
- vedada;
- ou condicionada às exigências do edital.

Caso haja vedação, esta poderá ser justificada considerando:

- baixa complexidade do objeto;
- ampla competitividade do mercado;
- possibilidade de execução integral por empresa individual;
- necessidade de simplificação da gestão contratual;
- redução de riscos operacionais e administrativos.

VIII – EXIGÊNCIA DE VISTORIA TÉCNICA

A Administração poderá prever:

- vistoria técnica facultativa;
- ou obrigatória, quando tecnicamente justificada.

A vistoria terá por finalidade:

- permitir conhecimento das condições operacionais;
- subsidiar elaboração das propostas;
- evitar alegações futuras de desconhecimento das condições de execução.

IX – EXIGÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTA

A Administração poderá exigir:

- licenciamento da ambulância;
- documentação sanitária;
- registro dos profissionais;
- certificados de capacitação;
- comprovação de manutenção dos equipamentos;
- comprovantes de regularidade operacional;
- demais documentos necessários à segurança e regularidade da execução contratual.

X – DISPOSIÇÕES GERAIS

A seleção da proposta mais vantajosa observará:

- economicidade;
- eficiência;
- interesse público;
- segurança operacional;
- continuidade dos serviços;
- capacidade técnica da contratada;
- adequação da solução às necessidades da EMDUR.

Somente será habilitada a empresa que demonstrar:

- capacidade técnica;
- regularidade jurídica;
- regularidade fiscal e trabalhista;
- qualificação econômico-financeira;
- aptidão operacional para execução integral do objeto contratado.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação será apurado pela Seção de Compras da EMDUR, por meio da Comissão de Cotação e Preços de Bens e Serviços, mediante pesquisa mercadológica compatível com a natureza do objeto, observando-se os preços praticados no mercado para prestação de serviços de bombeiro civil e disponibilização de ambulância Tipo B – Suporte Básico de Vida.

A pesquisa de preços será realizada com utilização de metodologia idônea e adequada ao objeto, podendo considerar, de forma combinada:

- cotações junto a fornecedores especializados do ramo;
- contratos e atas vigentes ou recentes da própria EMDUR;
- contratações similares realizadas por outros órgãos ou entidades públicas;
- bancos de preços públicos, painéis oficiais e sistemas eletrônicos de compras;
- referências técnicas e valores praticados no mercado especializado.

O valor estimado corresponderá ao preço médio obtido na pesquisa mercadológica, constituindo parâmetro para verificação da compatibilidade, exequibilidade e vantajosidade das propostas apresentadas no procedimento licitatório.

A estimativa contemplará todos os custos necessários à execução integral do objeto, incluindo:

- mão de obra;
- encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais;
- uniformes e EPIs;
- equipamentos operacionais;
- manutenção e operação da ambulância;
- combustíveis;
- seguros;
- despesas administrativas e logísticas;
- tributos;
- demais custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução contratual.

Nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016 e da Resolução nº 01/2024/EMDUR, o orçamento estimado da contratação será tratado como sigiloso, não integrando o instrumento convocatório e sendo divulgado apenas após o julgamento das propostas, salvo nas hipóteses em que o sigilo seja incompatível com o critério de julgamento adotado.

A adoção do orçamento sigiloso visa:

- ampliar a competitividade;
- estimular a obtenção da proposta mais vantajosa;
- evitar alinhamento prévio de preços;
- assegurar maior economicidade e eficiência à contratação.

12. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da Contratada, sem prejuízo das demais previstas no Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável:

- executar os serviços em conformidade com as especificações técnicas, prazos, condições e exigências estabelecidas pela EMDUR;
- disponibilizar profissionais devidamente capacitados, uniformizados, identificados e aptos à execução dos serviços de bombeiro civil e atendimento pré-hospitalar;
- disponibilizar ambulância Tipo B em perfeitas condições de funcionamento, devidamente licenciada, equipada e regularizada junto aos órgãos competentes;
- fornecer todos os materiais, equipamentos, EPIs, aparelhos de comunicação, insumos e demais recursos necessários à perfeita execução contratual;
- cumprir os horários, escalas, quantitativos e condições operacionais definidos pela Administração;
- elaborar e apresentar à fiscalização da EMDUR relatório comprobatório da execução dos serviços realizados em cada evento, contendo:
 - identificação do evento;
 - data, horário e local da execução;
 - quantitativo de bombeiros civis disponibilizados;
 - identificação dos profissionais escalados;
 - comprovação da disponibilização da ambulância Tipo B;
 - registros fotográficos da equipe operacional e da ambulância durante todos os dias de execução dos serviços.
- os registros fotográficos deverão demonstrar integralmente o contingente solicitado pela EMDUR na respectiva Ordem de Serviço, permitindo a verificação da presença de todos os bombeiros civis escalados e da ambulância disponibilizada durante a cobertura operacional do evento;
- o relatório comprobatório deverá ser apresentado juntamente com a documentação de medição e faturamento, constituindo documento obrigatório para fins de atesto da execução contratual e liberação do pagamento;
- substituir imediatamente profissionais, veículos ou equipamentos que apresentem falhas, inadequações ou irregularidades;
- reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual ou dos materiais empregados;
- responsabilizar-se integralmente pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, decorrentes de dolo, culpa, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações decorrentes da execução contratual;
- manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação, qualificação técnica, regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira exigidas no procedimento licitatório;
- cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, observadas as disposições legais e normativas aplicáveis;
- manter preposto formalmente designado para representar a contratada perante a Administração durante toda a execução contratual;
- atender prontamente às solicitações, notificações e determinações da fiscalização da EMDUR;
- comunicar imediatamente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços;
- observar as normas de saúde, segurança do trabalho, atendimento pré-hospitalar, prevenção de incêndio e demais legislações aplicáveis ao objeto;
- manter sigilo sobre informações e dados aos quais tiver acesso em razão da execução contratual;
- não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas sem prévia autorização da Administração;
- responsabilizar-se pela conduta de seus empregados e prepostos durante a execução dos serviços.

12.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da Contratante:

- acompanhar, fiscalizar e supervisionar a execução do contrato, por meio de servidores formalmente designados;

- emitir Ordens de Serviço contendo as informações necessárias à execução dos serviços;
- fornecer à contratada as informações e orientações necessárias para adequada execução contratual;
- permitir acesso dos profissionais da contratada aos locais de execução dos serviços, quando devidamente identificados;
- comunicar formalmente à contratada eventuais falhas, irregularidades ou inadequações verificadas durante a execução;
- exigir o cumprimento integral das obrigações contratuais, especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- atestar os serviços efetivamente executados, quando verificada sua conformidade;
- efetuar os pagamentos devidos à contratada, nos prazos e condições estabelecidos no contrato;
- aplicar sanções administrativas, quando constatado descumprimento contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- promover os atos necessários à gestão e fiscalização do contrato;
- receber provisória e definitivamente os serviços executados, observadas as condições estabelecidas no contrato e na legislação aplicável;
- zelar pela observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público durante toda a execução contratual.

13. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E APLICAÇÃO DE SANÇÕES

A contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 13.303/2016, na Resolução nº 01/2024/EMDUR, especialmente nos artigos 167 a 177, e demais normas aplicáveis, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal cabíveis.

Constituem infrações administrativas, dentre outras:

INFRAÇÃO	PENALIDADE
Deixar de iniciar a execução dos serviços no prazo estabelecido	Advertência ou multa de 0,5% por dia de atraso, limitada a 10% do valor da Ordem de Serviço
Executar os serviços em desacordo com as especificações do Termo de Referência	Advertência e multa de até 10% sobre o valor do serviço executado irregularmente
Não disponibilizar profissionais, equipamentos ou ambulância conforme quantitativo solicitado	Multa de até 15% sobre o valor da Ordem de Serviço correspondente
Interromper injustificadamente a execução dos serviços	Multa de até 20% do valor da Ordem de Serviço, sem prejuízo de rescisão contratual
Substituir profissionais sem qualificação compatível ou sem comunicação à fiscalização	Advertência e multa de até 5% sobre o valor do serviço correspondente
Descumprir horários, escalas ou cobertura operacional dos eventos	Multa de até 10% do valor da Ordem de Serviço
Deixar de atender às determinações da fiscalização contratual	Advertência e multa de até 5% do valor mensal estimado do contrato
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa	Impedimento de licitar e contratar, além das sanções civis e penais cabíveis
Cometer fraude na execução contratual	Multa de até 20% do valor contratual, sem prejuízo de rescisão e impedimento de contratar
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal	Declaração de inidoneidade, observada a legislação aplicável
Não manter as condições de habilitação durante a execução contratual	Advertência, multa e eventual rescisão contratual
Causar danos à Administração ou a terceiros por ação ou omissão	Obrigação de reparação integral dos danos, sem prejuízo das demais penalidades

As penalidades poderão ser aplicadas de forma:

- isolada;
- cumulativa;
- gradativa;

considerando:

- gravidade da infração;

- extensão do dano;
- reincidência;
- prejuízo causado à Administração;
- interesse público envolvido;
- proporcionalidade e razoabilidade.

Poderão ainda ser aplicadas as seguintes sanções:

- advertência;
- multa;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMDUR;
- declaração de inidoneidade, conforme hipóteses previstas na legislação aplicável.

As multas eventualmente aplicadas:

- poderão ser descontadas de pagamentos devidos;
- cobradas administrativamente;
- ou judicialmente, quando necessário.

A aplicação de penalidades não afasta:

- a obrigação de reparação integral dos danos;
- a responsabilidade civil;
- a responsabilidade trabalhista;
- a responsabilidade penal eventualmente cabível.

As infrações contratuais praticadas pela contratada serão apuradas mediante regular processo administrativo, assegurados:

- contraditório;
- ampla defesa;
- devido processo legal;

em conformidade com os procedimentos previstos nos artigos 96 a 130 do Decreto Municipal nº 18.892/2023 e demais normas aplicáveis.

14. GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO, SE EXIGIDA

Considerando a natureza essencial e operacional do objeto, bem como os riscos inerentes à prestação de serviços de bombeiro civil e atendimento pré-hospitalar em eventos com grande circulação de público, a contratada deverá assegurar garantia integral da qualidade, regularidade, continuidade e segurança dos serviços executados durante toda a vigência contratual.

A garantia exigida possui natureza:

- operacional;
- técnica;
- funcional;
- e de desempenho da execução contratual.

Seu objetivo é assegurar que os serviços sejam executados em conformidade com:

- o Termo de Referência;
- as normas técnicas aplicáveis;
- as exigências da fiscalização;
- os padrões mínimos de segurança e eficiência esperados pela Administração.

I – GARANTIA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A contratada deverá garantir:

- a correta execução dos serviços;
- a continuidade da cobertura operacional durante os eventos;
- a presença integral das equipes nos horários estabelecidos;

- o adequado funcionamento da estrutura de atendimento emergencial;
- a disponibilidade permanente da ambulância e equipamentos operacionais.

A garantia compreenderá a obrigação da contratada de:

- corrigir imediatamente falhas operacionais;
- substituir profissionais inadequados;
- regularizar deficiências identificadas pela fiscalização;
- refazer serviços executados em desconformidade;
- sanar irregularidades sem qualquer ônus adicional para a EMDUR.

II – GARANTIA RELACIONADA À EQUIPE OPERACIONAL

A contratada deverá garantir que todos os profissionais disponibilizados:

- possuam qualificação técnica compatível com o objeto;
- estejam regularmente capacitados;
- possuam treinamentos válidos;
- utilizem uniformes e EPIs adequados;
- estejam aptos ao atendimento preventivo e emergencial.

A garantia operacional das equipes abrangerá:

- substituição imediata em casos de ausência;
- substituição por inadequação técnica ou disciplinar;
- cobertura contínua durante toda a execução;
- atendimento compatível com as exigências operacionais dos eventos.

Caso sejam identificadas:

- falhas técnicas;
- deficiência operacional;
- ausência injustificada;
- comportamento inadequado;
- ou incapacidade operacional;

a contratada deverá promover substituição imediata do profissional, sem prejuízo da continuidade da execução dos serviços.

III – GARANTIA DA AMBULÂNCIA E DOS EQUIPAMENTOS

A contratada deverá garantir que a ambulância Tipo B:

- permaneça em perfeitas condições de funcionamento;
- esteja regularmente licenciada;
- possua manutenção preventiva e corretiva atualizada;
- esteja equipada conforme exigências legais e sanitárias;
- esteja apta ao atendimento pré-hospitalar durante todo o período de cobertura operacional.

A garantia abrangerá:

- pleno funcionamento mecânico e operacional do veículo;
- funcionamento dos equipamentos médicos;
- funcionamento da sinalização sonora e luminosa;
- funcionamento dos sistemas de comunicação;
- funcionamento do sistema de climatização;
- disponibilidade dos materiais de atendimento emergencial.

Na hipótese de:

- falha mecânica;
- pane operacional;
- ausência de equipamentos obrigatórios;
- indisponibilidade da ambulância;

- irregularidade documental;
- ou inadequação sanitária;

a contratada deverá promover substituição imediata da ambulância ou equipamento comprometido, sem interrupção da cobertura operacional do evento.

IV – GARANTIA QUANTO A VÍCIOS, FALHAS E DEFEITOS

A contratada será responsável por:

- reparar;
- corrigir;
- substituir;
- remover;
- regularizar;

às suas expensas, total ou parcialmente, os serviços, equipamentos ou materiais em que forem constatados:

- vícios;
- defeitos;
- falhas;
- irregularidades;
- inadequações operacionais;
- desconformidades com as especificações técnicas.

As correções deverão ocorrer:

- imediatamente quando houver risco operacional;
- no prazo fixado pela fiscalização contratual;
- sem prejuízo da continuidade dos serviços.

V – GARANTIA DE CONTINUIDADE OPERACIONAL

A contratada deverá assegurar:

- continuidade dos serviços;
- atendimento ininterrupto durante os eventos;
- disponibilidade permanente das equipes;
- pronta resposta às emergências;
- manutenção das condições mínimas de segurança preventiva.

A ocorrência de:

- ausência de profissionais;
- interrupção dos serviços;
- indisponibilidade da ambulância;
- falhas operacionais recorrentes;
- ou deficiência na execução;

poderá ensejar:

- aplicação de penalidades;
- glosa de valores;
- substituição da estrutura operacional;
- rescisão contratual, nos termos da legislação aplicável.

VI – PRAZO E CONDIÇÕES DA GARANTIA

A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência contratual e enquanto perdurarem as obrigações relacionadas à execução dos serviços realizados.

As condições da garantia deverão observar:

- o Termo de Referência;

- o instrumento contratual;
- as normas técnicas aplicáveis;
- o art. 69 da Lei nº 13.303/2016;
- a Resolução nº 01/2024/EMDUR.

VII – GARANTIA CONTRATUAL

Não será exigida garantia contratual em percentual sobre o valor do contrato, considerando:

- a natureza dos serviços;
- a forma parcelada de execução;
- a medição por demanda;
- o acompanhamento contínuo da fiscalização contratual;
- a baixa complexidade financeira da execução.

Todavia, a Administração poderá exigir garantia contratual, mediante justificativa técnica e administrativa, caso supervenientemente seja identificada:

- elevação do risco contratual;
- necessidade de maior segurança da execução;
- ampliação significativa do objeto;
- ou outra circunstância que justifique sua exigência.

15. GARANTIA DE EXECUÇÃO (DO CONTRATO), SE EXIGIDA

Considerando a natureza operacional dos serviços, a execução parcelada sob demanda, o risco relacionado à continuidade da cobertura preventiva e emergencial dos eventos realizados no Parque da Cidade, bem como a necessidade de assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, poderá ser exigida garantia de execução contratual, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016 e da Resolução nº 01/2024/EMDUR.

A garantia contratual, quando exigida, deverá ser apresentada pela contratada antes da assinatura do contrato, incidindo sobre o valor inicial contratado, observados os limites legais e regulamentares aplicáveis.

A exigência da garantia tem por finalidade:

- assegurar o cumprimento integral das obrigações contratuais;
- minimizar riscos de interrupção dos serviços;
- resguardar a Administração contra prejuízos decorrentes de inadimplemento;
- garantir maior segurança na execução contratual;
- assegurar cobertura de eventuais multas, penalidades e danos causados à Administração.

A garantia poderá ser prestada em qualquer das modalidades legalmente admitidas, tais como:

- caução em dinheiro;
- seguro-garantia;
- fiança bancária;
- títulos admitidos pela legislação aplicável.

O percentual da garantia contratual, quando exigido, será definido no instrumento convocatório e no contrato, observando:

- a complexidade do objeto;
- o vulto da contratação;
- os riscos operacionais envolvidos;
- a natureza dos serviços executados;
- os limites previstos na legislação aplicável.

A garantia de execução poderá ser utilizada para:

- ressarcimento de prejuízos causados à EMDUR;
- cobertura de multas aplicadas à contratada;
- reparação de danos decorrentes de falhas na execução;

- cobertura de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou contratuais inadimplidas;
- compensação de valores decorrentes de descumprimento contratual.

A utilização parcial ou total da garantia pela Administração não impede:

- aplicação de outras penalidades;
- apuração de responsabilidade da contratada;
- cobrança complementar de prejuízos eventualmente constatados.

A contratada ficará obrigada a recompor o valor da garantia sempre que houver sua utilização parcial ou integral pela Administração.

A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência contratual e até o encerramento definitivo das obrigações assumidas pela contratada.

Caso a Administração entenda, mediante justificativa técnica e administrativa, que os mecanismos ordinários de fiscalização e gestão contratual são suficientes para assegurar a execução do objeto, poderá optar pela não exigência da garantia contratual, observando os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, eficiência e economicidade.

16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA

Considerando a natureza do objeto, a presente contratação comporta a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, observando-se a legislação aplicável, os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, bem como a realidade do mercado fornecedor.

I – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A execução contratual deverá observar, sempre que possível:

- uso racional de materiais e insumos utilizados na prestação dos serviços;
- redução de desperdícios durante a execução operacional;
- adequada manutenção preventiva da ambulância e equipamentos, visando redução de emissão de poluentes e aumento da vida útil dos bens utilizados;
- destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados durante os atendimentos;
- utilização de equipamentos em condições adequadas de funcionamento e segurança;
- observância das normas ambientais, sanitárias e de saúde aplicáveis ao objeto.

A contratada deverá adotar medidas que minimizem impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços, especialmente quanto:

- ao descarte de materiais utilizados em atendimentos pré-hospitalares;
- ao armazenamento de insumos;
- à manutenção dos veículos;
- e ao uso adequado de combustíveis e recursos operacionais.

II – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL

A contratação deverá observar critérios voltados à promoção de condições adequadas de trabalho e responsabilidade social, incluindo:

- cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho;
- utilização de profissionais regularmente capacitados e habilitados;
- fornecimento de EPIs e condições adequadas de segurança aos trabalhadores;
- respeito às normas de saúde ocupacional;
- observância das exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz.

A Administração observará, quando cabível, as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, visando incentivar a participação de microempresas e empresas de pequeno porte no procedimento licitatório, desde que compatível com a natureza e complexidade do objeto.

III – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

A contratação foi estruturada considerando a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, observando:

- custo-benefício da solução adotada;
- viabilidade operacional;
- continuidade dos serviços;
- economicidade da execução terceirizada;
- redução de custos administrativos;
- flexibilidade operacional proporcionada pelo Sistema de Registro de Preços.

A solução escolhida permite:

- contratação sob demanda;
- melhor planejamento dos gastos públicos;
- redução de contratações desnecessárias;
- adequação dos quantitativos à necessidade efetiva da Administração;
- otimização dos recursos públicos empregados na execução contratual.

Além disso, foram considerados os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto durante todo o ciclo contratual, incluindo:

- mão de obra;
- manutenção da ambulância;
- equipamentos;
- encargos legais;
- despesas operacionais;
- logística;
- e demais custos relacionados à execução dos serviços.

IV – JUSTIFICATIVA DA ADEQUAÇÃO DOS CRITÉRIOS

Os critérios de sustentabilidade adotados mostram-se compatíveis com:

- a natureza dos serviços;
- a realidade do mercado fornecedor;
- o porte da contratação;
- a viabilidade operacional da execução;
- e os princípios da razoabilidade, competitividade e interesse público.

As exigências estabelecidas não restringem indevidamente a competitividade do certame, limitando-se a medidas razoáveis e compatíveis com o objeto contratado.

17. CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES, CONFORME O CASO

A presente contratação comporta reajuste de preços, considerando que a vigência contratual poderá ser igual ou superior a 12 (doze) meses, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016 e da Resolução nº 01/2024/EMDUR.

O reajuste será concedido com a finalidade de preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, refletindo a variação efetiva dos custos incidentes sobre a execução dos serviços.

I – ÍNDICE DE REAJUSTE

O índice de reajuste a ser adotado será o:

- IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE;

ou outro índice setorial que venha a demonstrar maior compatibilidade com os custos predominantes da contratação, desde que expressamente previsto no instrumento contratual.

A adoção do índice deverá guardar relação com:

- os custos operacionais dos serviços;
- a variação da mão de obra;
- os custos de manutenção e operação dos veículos;
- os insumos necessários à execução contratual.

II – PERIODICIDADE DO REAJUSTE

O reajuste somente poderá ser aplicado após o transcurso do interregno mínimo de:

- 12 (doze) meses.

A periodicidade observará:

- a legislação aplicável;
- a data-base definida contratualmente;
- a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

III – DATA-BASE DO REAJUSTE

A data-base para contagem do prazo de reajustamento será:

- a data da apresentação da proposta;
- ou a data do orçamento estimado da contratação, desde que expressamente prevista no contrato.

IV – CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO DO REAJUSTE

O reajuste dependerá:

- de requerimento formal da contratada, quando exigido contratualmente;
- da verificação do período mínimo legal;
- da demonstração da variação do índice adotado;
- da manutenção das condições de habilitação da contratada.

O reajuste será formalizado:

- mediante apostilamento;
- ou termo aditivo, quando necessário.

V – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O reajuste não se confunde com o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, que poderá ser concedido nas hipóteses legais de:

- fatos imprevisíveis;
- fatos previsíveis de consequências incalculáveis;
- caso fortuito;
- força maior;
- fato do príncipe;
- ou ocorrência extraordinária que impacte significativamente os custos da execução contratual.

VI – DISPOSIÇÕES GERAIS

Não haverá aplicação de reajuste:

- em período inferior a 12 (doze) meses;
- nem de forma retroativa sem previsão legal ou contratual.

Os critérios de reajustamento observarão:

- os princípios da legalidade;
- economicidade;
- razoabilidade;
- equilíbrio econômico-financeiro;
- e interesse público.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício de 2026, às respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto deste termo de referência, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Empresa de Desenvolvimento Urbano:

FONTE: 1501000000001751.

PROJETO ATIVIDADE: 02 41 15 451 0275 1.473- urbanização e manutenção dos espaços públicos do município de Porto Velho e Distritos.

ELEMENTO DE DESPESA: 33903000000- material de consumo.

19. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS

A presente contratação deverá observar as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016 e da Resolução nº 01/2024/EMDUR — Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da EMDUR, considerando a natureza operacional dos serviços, a necessidade de controle da execução contratual, a segurança dos eventos e a responsabilidade técnica envolvida na prestação dos serviços de bombeiro civil e disponibilização de ambulância Tipo B – Suporte Básico de Vida.

I – SUBCONTRATAÇÃO

1. Vedação Parcial da Subcontratação

A subcontratação será admitida apenas de forma excepcional e parcial, desde que:

- previamente autorizada pela EMDUR;
- limitada a parcelas acessórias da execução contratual;
- não comprometa a qualidade, segurança e continuidade dos serviços;
- não envolva as atividades principais e essenciais do objeto contratado.

Não será permitida a subcontratação:

- integral do objeto;
- da coordenação operacional dos serviços;
- da atividade principal de bombeiro civil;
- da gestão operacional da ambulância;
- da execução direta das atividades emergenciais sem prévia anuência da Administração.

A limitação da subcontratação justifica-se:

- pela necessidade de controle direto da execução;
- pela responsabilidade operacional dos serviços;
- pela natureza emergencial do objeto;
- pela necessidade de padronização da atuação operacional;
- pela segurança dos usuários e participantes dos eventos;
- pela necessidade de rastreabilidade da responsabilidade contratual.

2. Limite da Subcontratação

Quando autorizada, a subcontratação ficará limitada às atividades acessórias, auxiliares ou complementares, não podendo ultrapassar percentual razoável da execução contratual, conforme vier a ser definido no instrumento convocatório e no contrato administrativo.

A subcontratação não poderá:

- transferir integralmente a responsabilidade contratual;
- comprometer a fiscalização;
- gerar prejuízo à execução;
- reduzir a qualidade dos serviços prestados.

3. Necessidade de Anuência Prévia da EMDUR

Qualquer subcontratação dependerá de:

- solicitação formal da contratada;
- análise técnica da Administração;
- anuência prévia e expressa da EMDUR.

A Administração poderá:

- recusar a subcontratação;
- solicitar substituição da subcontratada;
- exigir documentação técnica;
- verificar capacidade operacional da empresa subcontratada;
- exigir comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e técnica.

A ausência de autorização prévia poderá ensejar:

- aplicação de penalidades;
- rescisão contratual;
- demais sanções previstas na legislação aplicável.

4. Responsabilidade da Contratada

Ainda que admitida a subcontratação, a contratada principal permanecerá:

- integralmente responsável pela execução do objeto;
- responsável pela qualidade dos serviços;
- responsável pelos atos da subcontratada;
- responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais;
- responsável perante a Administração por quaisquer falhas ou irregularidades.

A subcontratação:

- não estabelece vínculo entre a EMDUR e a subcontratada;
- não transfere obrigações contratuais da contratada principal;
- não reduz a responsabilidade técnica, operacional, civil ou administrativa da contratada.

II – PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

1. Vedação da Participação em Consórcio

A participação de empresas em consórcio será vedada na presente contratação.

A vedação justifica-se considerando:

- a baixa complexidade técnica do objeto;
- a ampla disponibilidade de empresas aptas no mercado;
- a possibilidade de execução integral por empresa individual;
- a necessidade de simplificação da gestão contratual;
- a necessidade de responsabilização direta da contratada;
- a necessidade de maior controle operacional da execução;
- a redução de riscos administrativos;
- a necessidade de padronização da atuação das equipes durante os eventos.

A admissão de consórcio, no presente caso, poderá:

- dificultar a fiscalização;
- fragmentar responsabilidades;
- aumentar riscos operacionais;
- comprometer a agilidade da execução;
- dificultar a aplicação de penalidades e o gerenciamento contratual.

2. Controle e Responsabilidade da Execução

A vedação ao consórcio visa assegurar:

- maior eficiência da fiscalização;
- responsabilidade direta da contratada;
- padronização operacional;
- uniformidade na prestação dos serviços;
- melhor controle da execução contratual;
- maior segurança operacional durante os eventos realizados pela EMDUR.

20. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

A presente contratação observará as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016 e da Resolução nº 01/2024/EMDUR — Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da EMDUR — quanto às hipóteses de alteração subjetiva do contrato.

Como regra geral, fica vedada a alteração subjetiva do contrato, considerando que a execução do objeto deverá ocorrer pela empresa originalmente contratada, em observância:

- aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório;
- da isonomia;
- da segurança jurídica;
- da competitividade;
- e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Não será admitida:

- a transferência integral do contrato;
- a cessão contratual sem autorização da Administração;
- a substituição da contratada;
- ou qualquer alteração que comprometa a capacidade técnica, operacional, jurídica ou econômico-financeira originalmente comprovada no procedimento licitatório.

A vedação justifica-se em razão:

- da natureza operacional dos serviços;
- da necessidade de controle direto da execução contratual;
- da responsabilidade técnica envolvida na prestação dos serviços de bombeiro civil e atendimento pré-hospitalar;
- da necessidade de garantia da capacidade operacional da contratada;
- da preservação das condições que fundamentaram a habilitação e contratação da empresa vencedora.

I – HIPÓTESES EXCEPCIONAIS ADMITIDAS

Excepcionalmente, poderão ser admitidas alterações subjetivas decorrentes de:

- fusão;
- cisão;
- incorporação;
- transformação societária;

desde que:

- não haja prejuízo à execução contratual;

- sejam mantidas integralmente as condições de habilitação originalmente exigidas;
- seja preservada a capacidade técnica, operacional, jurídica e econômico-financeira da contratada;
- haja anuência prévia e expressa da EMDUR.

A empresa sucessora deverá comprovar:

- regularidade fiscal e trabalhista;
- qualificação técnica compatível;
- capacidade operacional;
- manutenção das condições exigidas no edital;
- inexistência de impedimentos legais para contratar com a Administração.

II – ANÁLISE E APROVAÇÃO PELA EMDUR

Qualquer alteração societária que possa impactar a execução contratual deverá ser previamente comunicada à EMDUR, acompanhada da documentação comprobatória pertinente.

A Administração realizará análise:

- técnica;
- administrativa;
- jurídica;
- econômico-financeira;

visando verificar:

- a manutenção da capacidade de execução do objeto;
- a inexistência de prejuízo ao interesse público;
- a continuidade da regular execução contratual;
- a preservação da vantajosidade da contratação.

A ausência de comunicação prévia ou a realização de alteração societária sem anuência da EMDUR poderá ensejar:

- aplicação de penalidades;
- suspensão contratual;
- rescisão do contrato;
- demais sanções previstas na legislação aplicável.

III – RESPONSABILIDADE CONTRATUAL

Mesmo nas hipóteses excepcionalmente admitidas, a alteração subjetiva não afastará:

- as obrigações assumidas no contrato;
- a responsabilidade pela execução integral do objeto;
- a responsabilidade por danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros;
- a observância das cláusulas contratuais e normas aplicáveis.

A sucessora responderá integralmente:

- pelas obrigações contratuais;
- pelos encargos legais;
- pelas responsabilidades técnicas e operacionais;
- pelas penalidades eventualmente aplicáveis;
- e pelos atos praticados durante a execução contratual.

21. MATRIZ DE RISCOS, SE FOR O CASO

O presente Mapa de Riscos tem como finalidade identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relacionados à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de bombeiro civil e disponibilização de ambulância Tipo B – Suporte Básico de Vida, destinados ao atendimento operacional, preventivo e emergencial durante eventos realizados no Parque da Cidade, sob gestão da EMDUR.

A contratação possui natureza estratégica, considerando o elevado fluxo de público nos eventos culturais, esportivos, recreativos, institucionais e comunitários realizados no Parque da Cidade, bem como a necessidade de garantir segurança preventiva, resposta rápida a emergências e atendimento pré-hospitalar adequado.

O presente mapa busca fortalecer os mecanismos de governança, fiscalização e controle interno da EMDUR, assegurando maior eficiência operacional, economicidade, conformidade legal e mitigação de riscos administrativos, operacionais, financeiros, trabalhistas e reputacionais.

TABELA 1 – IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS, CAUSAS E IMPACTOS

Risco Identificado	Causa Potencial	Impacto Potencial
Atraso na disponibilização das equipes de bombeiro civil	Falhas logísticas da contratada, ausência de planejamento operacional, trânsito ou problemas de comunicação	Comprometimento da segurança do evento, atraso na abertura da programação, risco à integridade do público – Consequência: Muito Relevante
Não disponibilização da ambulância Tipo B	Falha mecânica, indisponibilidade do veículo, ausência de manutenção preventiva ou substituição	Paralisação do evento, exposição da EMDUR à responsabilidade civil, risco à vida dos participantes – Consequência: Muito Relevante
Profissionais sem capacitação adequada	Ausência de reciclagem, contratação irregular ou deficiência na qualificação técnica	Atendimento inadequado em emergências, aumento de acidentes e responsabilização administrativa – Consequência: Relevante
Falha no atendimento pré-hospitalar	Ausência de equipamentos obrigatórios, equipe despreparada ou falha operacional	Agravamento do estado de saúde de vítimas, responsabilização judicial e dano reputacional – Consequência: Muito Relevante
Descumprimento das normas sanitárias e de segurança	Falta de observância da Portaria GM/MS nº 2.048/2002 e RDC nº 50/2002	Multas, interdição operacional e responsabilização administrativa – Consequência: Relevante
Inexecução contratual parcial ou total	Incapacidade financeira ou operacional da contratada	Interrupção dos serviços e necessidade de contratação emergencial – Consequência: Muito Relevante
Ausência de cobertura operacional durante eventos simultâneos	Planejamento inadequado da contratada ou insuficiência de equipes	Falha na prevenção de acidentes e aumento de vulnerabilidade operacional – Consequência: Relevante
Falhas de comunicação entre contratada e fiscalização	Ausência de canais eficientes de comunicação e coordenação operacional	Respostas tardias a emergências e desorganização operacional – Consequência: Relevante
Equipamentos de primeiros socorros inadequados ou vencidos	Falha de manutenção e controle da contratada	Risco à vida dos usuários e descumprimento contratual – Consequência: Muito Relevante
Ausência de EPIs adequados para bombeiros civis	Falha de fornecimento ou controle da contratada	Acidentes de trabalho e responsabilização trabalhista – Consequência: Relevante
Superfaturamento ou sobrepreço	Pesquisa de preços insuficiente ou falhas na fase interna da licitação	Prejuízo financeiro à Administração e responsabilização dos gestores – Consequência: Muito Relevante
Medição incorreta das diárias executadas	Falhas nos relatórios operacionais ou fiscalização deficiente	Pagamentos indevidos e prejuízo ao erário – Consequência: Relevante
Substituição tardia de profissionais inadequados	Ausência de gestão eficiente da contratada	Prejuízo à qualidade dos serviços e riscos operacionais – Consequência: Relevante
Acidentes com grande número de vítimas durante eventos	Eventos de grande porte, tumultos, incêndios ou pânico coletivo	Danos humanos, responsabilização civil e crise institucional – Consequência: Muito Relevante
Pane mecânica da ambulância durante atendimento	Falta de manutenção preventiva e corretiva	Interrupção do atendimento emergencial – Consequência: Muito Relevante
Ausência de documentação regular da contratada	Certidões vencidas, irregularidade fiscal ou trabalhista	Impedimento contratual e sanções administrativas – Consequência: Relevante
Vazamento de dados		

ou informações sensíveis	Falhas de controle documental e comunicação inadequada	Violação de dados pessoais e responsabilização pela LGPD – Consequência: Relevante
Descumprimento dos horários definidos em Ordem de Serviço	Planejamento operacional inadequado	Prejuízo ao cronograma dos eventos e falhas de cobertura – Consequência: Relevante
Eventos climáticos extremos	Chuvas intensas, tempestades ou calor excessivo	Suspensão de atividades e aumento de ocorrências médicas – Consequência: Relevante
Dano à imagem institucional da EMDUR	Falhas operacionais, acidentes ou repercussão negativa	Perda de credibilidade institucional e repercussão negativa na mídia – Consequência: Muito Relevante

21.1. MATRIZ DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS

Risco Identificado	Probabilidade	Consequência	Nível de Risco
Atraso na disponibilização das equipes	Eventual	Muito Relevante	Extremo
Não disponibilização da ambulância Tipo B	Rara	Muito Relevante	Alto
Profissionais sem capacitação adequada	Eventual	Relevante	Alto
Falha no atendimento pré-hospitalar	Eventual	Muito Relevante	Extremo
Descumprimento das normas sanitárias e de segurança	Rara	Relevante	Médio
Inexecução contratual parcial ou total	Rara	Muito Relevante	Alto
Ausência de cobertura em eventos simultâneos	Eventual	Relevante	Alto
Falhas de comunicação operacional	Eventual	Relevante	Alto
Equipamentos inadequados ou vencidos	Eventual	Muito Relevante	Extremo
Ausência de EPIs adequados	Eventual	Relevante	Alto
Superfaturamento ou sobrepreço	Rara	Muito Relevante	Alto
Medição incorreta das diárias	Eventual	Relevante	Alto
Substituição tardia de profissionais	Eventual	Relevante	Alto
Acidentes com múltiplas vítimas	Rara	Muito Relevante	Alto
Pane mecânica da ambulância	Eventual	Muito Relevante	Extremo
Irregularidade documental da contratada	Rara	Relevante	Médio
Vazamento de dados	Rara	Relevante	Médio
Descumprimento dos horários da Ordem de Serviço	Eventual	Relevante	Alto
Eventos climáticos extremos	Eventual	Relevante	Alto
Dano à imagem institucional	Eventual	Muito Relevante	Extremo

21.2 PARÂMETROS DE CLASSIFICAÇÃO

Probabilidade

Classificação	Descrição
Raríssima	Evento extraordinário, sem histórico relevante
Rara	Evento eventual com histórico conhecido
Eventual	Evento corriqueiro e passível de ocorrência operacional
Frequente	Evento recorrente e repetitivo

Consequência (Impacto)

Classificação	Descrição
Irrelevante	Impacto mínimo operacional ou financeiro
Pouco Relevante	Pequenos impactos recuperáveis
Relevante	Interrupção parcial do processo ou impacto operacional significativo
Muito Relevante	Danos severos, prejuízo financeiro elevado ou risco à integridade física

Matriz de Nível de Risco

Consequência ↓ / Probabilidade →	Raríssima	Rara	Eventual	Frequente

Muito Relevante	Médio	Alto	Extremo	Extremo
Relevante	Baixo	Médio	Alto	Extremo
Pouco Relevante	Insignificante	Baixo	Médio	Alto
Irrelevante	Insignificante	Insignificante	Baixo	Médio

21.3. PLANO DE AÇÃO – ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO E CONTINGÊNCIA

Risco Identificado	Estratégias de Mitigação (Medidas Preventivas)	Ações de Contingência (Medidas Corretivas)	Responsável
Atraso na disponibilização das equipes de bombeiro civil	Exigir planejamento operacional prévio, escalas definidas, confirmação antecipada da equipe e cláusulas de penalidade contratual	Acionamento de equipe reserva, readequação operacional do evento e aplicação de penalidades contratuais	Fiscal do Contrato
Não disponibilização da ambulância Tipo B	Exigir manutenção preventiva periódica, documentação atualizada e disponibilidade de ambulância reserva	Suspensão parcial do evento até regularização ou acionamento de ambulância substituta	Gestor do Contrato
Profissionais sem capacitação técnica adequada	Exigir certificados de formação, reciclagens válidas e comprovação de experiência operacional	Substituição imediata do profissional irregular e notificação formal da contratada	Fiscal Técnico
Falha no atendimento pré-hospitalar	Fiscalizar equipamentos obrigatórios, realizar inspeções prévias e verificar habilitação da equipe	Acionamento do SAMU/rede hospitalar e abertura de registro de ocorrência	Fiscal Operacional
Descumprimento das normas sanitárias e de segurança	Exigir conformidade com RDC nº 50/2002, Portaria GM/MS nº 2.048/2002 e demais normas aplicáveis	Suspensão da execução, notificação da contratada e aplicação de sanções administrativas	Gestão Contratual
Inexecução contratual parcial ou total	Verificar capacidade técnica, operacional e financeira durante a habilitação	Rescisão contratual, aplicação de penalidades e convocação do próximo colocado	Diretoria Administrativa
Falta de cobertura operacional em eventos simultâneos	Exigir planejamento de contingente mínimo e equipe reserva operacional	Redistribuição emergencial das equipes e reforço operacional imediato	Coordenação Operacional
Falhas de comunicação entre contratada e fiscalização	Implantar protocolo formal de comunicação e definição de canais oficiais	Reunião emergencial de alinhamento e registro formal das ocorrências	Fiscalização Contratual
Equipamentos de primeiros socorros inadequados ou vencidos	Realizar checklist pré-evento e exigir manutenção preventiva contínua	Substituição imediata dos equipamentos irregulares	Fiscal Técnico
Ausência de EPIs para bombeiros civis	Fiscalização prévia do uso obrigatório de EPIs e controle documental	Paralisação das atividades até regularização completa	Fiscal do Contrato
Pane mecânica da ambulância durante evento	Exigir manutenção preventiva e disponibilidade de veículo substituto	Acionamento imediato de ambulância reserva	Contratada
Superfaturamento ou sobrepreço	Realizar ampla pesquisa de mercado e controle rigoroso das medições	Auditoria interna e apuração administrativa	Controle Interno
Medição incorreta das diárias executadas	Utilizar relatórios operacionais, listas de presença e registros fotográficos	Glosa de pagamentos indevidos e revisão da medição	Fiscalização Administrativa
Descumprimento dos horários previstos em Ordem de Serviço	Definir horários mínimos de apresentação e controle de frequência	Aplicação de advertência, multa ou desconto proporcional	Fiscal Operacional
Acidentes com múltiplas vítimas	Elaborar plano de evacuação, brigada de emergência e integração com órgãos externos	Acionamento da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e rede hospitalar	Coordenação do Evento
Irregularidade fiscal ou trabalhista da contratada	Monitorar certidões e regularidade documental mensalmente	Suspensão de pagamentos até regularização	Gestor Contratual
Vazamento de			

dados ou informações sensíveis	Controle de acesso aos documentos e orientação sobre LGPD	Comunicação imediata à Administração e adoção de medidas corretivas	Gestão Administrativa
Falta de substituição imediata de profissionais ausentes	Exigir equipe de sobreaviso e previsão contratual de substituição imediata	Reforço emergencial das equipes e aplicação de penalidades	Fiscal do Contrato
Eventos climáticos extremos	Monitoramento meteorológico e planejamento preventivo de segurança	Suspensão, evacuação ou adequação operacional do evento	Coordenação do Evento
Dano à imagem institucional da EMDUR	Fiscalização contínua, controle de qualidade e gestão eficiente da execução	Comunicação institucional, apuração administrativa e medidas corretivas	Diretoria da EMDUR

O presente Mapa de Riscos referente à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de bombeiro civil e disponibilização de ambulância Tipo B – Suporte Básico de Vida para atendimento dos eventos realizados no Parque da Cidade constitui importante instrumento de governança, planejamento, controle e fiscalização contratual da EMDUR.

A análise realizada permitiu identificar os principais riscos administrativos, operacionais, técnicos, financeiros, sanitários e reputacionais relacionados à execução contratual, possibilitando a definição de medidas preventivas e corretivas adequadas à natureza e à complexidade da contratação.

Verificou-se que os riscos de maior criticidade estão relacionados à indisponibilidade das equipes operacionais, falhas no atendimento emergencial, ausência da ambulância durante os eventos, deficiência na capacitação técnica dos profissionais e falhas na execução operacional dos serviços, especialmente em eventos de médio e grande porte com elevada circulação de público.

Todavia, as estratégias de mitigação, os mecanismos de fiscalização contínua, os controles operacionais e as ações de contingência previstos neste documento demonstram-se suficientes para reduzir significativamente a probabilidade de ocorrência dos eventos adversos e minimizar seus impactos à Administração Pública, aos participantes dos eventos e à imagem institucional da EMDUR.

Além disso, o presente mapa contribui diretamente para:

- fortalecimento da governança institucional;
- melhoria do planejamento das contratações;
- aumento da eficiência da fiscalização contratual;
- redução de vulnerabilidades operacionais;
- garantia da continuidade dos serviços de emergência;
- proteção da integridade física dos usuários e trabalhadores;
- observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público;
- melhoria da segurança preventiva nos eventos realizados no Parque da Cidade.

Dessa forma, conclui-se que os riscos identificados encontram-se dentro do nível aceitável de apetite ao risco institucional da EMDUR, desde que sejam integralmente observadas as medidas de controle, monitoramento e tratamento estabelecidas neste Mapa de Riscos.

Por fim, recomenda-se que o presente documento seja utilizado como instrumento permanente de acompanhamento da execução contratual, devendo ser revisado e atualizado sempre que houver alterações relevantes no objeto contratado, nas condições operacionais dos eventos ou na legislação aplicável.

Assim, submetemos o presente Mapa de Riscos à apreciação e aprovação da autoridade competente, para integração aos autos do Processo Administrativo nº 015.000534/2026-14 e demais providências cabíveis.

Responsável pela Elaboração:

GABRIELA SANTOS DE CASTRO

Gerente de Manutenção e Iluminação de Espaços Públicos - GIMEP.

Responsável pela Revisão:

PAULO HENRIQUE VIEIRA DA COSTA
Diretor Técnico.

AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

Declaro estar ciente dos principais riscos dessa contratação e **AUTORIZO O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** na forma legal, conforme competência prevista na Lei Complementar Municipal nº 648/2017 e demais alterações.

BRUNO OLIVEIRA DE HOLANDA
Diretor Presidente.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Santos De Castro, Gerente**, em 16/06/2026, às 15:04, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Oliveira De Holanda, Diretor(a)**, em 22/06/2026, às 12:28, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **1084385** e o código CRC **4103E5CD**.



Referência: Processo nº 015.000534/2026-14

SEI nº 1084385